

**Projeto Preservação da Memória das Olimpíadas: projetos e ações****Realização:** Fundação Casa de Rui Barbosa e Fundação Getúlio Vargas**Entrevistada:** Sandra Maria**Local:** CPDOC FGV Rio de Janeiro, RJ**Entrevistadoras:** Carla Siqueira; Vivian Fonseca**Transcrição:** Liris Ramos de Souza**Data da transcrição:** 15/05/2017**Entrevista: 31/01/2017**

C.S. - Sandra, queria começar recuperando a sua história familiar na Vila Autódromo, como você chegou lá. Eu sei que tem a ver com a história da família da d. Dalva e do seu ex-companheiro. Conta um pouco a história dessa família, quando eles chegaram lá, o momento em que você chega, como foi?

S.M. - O primeiro a chegar lá foi meu ex-companheiro, que ele conseguiu o terreno, aí construiu uma casa para ele, um tempo depois, a mãe dele, a d. Dalva se separou do pai dele, e aí ele chamou a mãe para morar com ele, ela foi e ficaram os dois lá, depois de um tempo nós nos conhecemos... na verdade, ele ficou um tempo com a mãe, mas aí quando nós nos conhecemos, nós passamos um período com amigos, convivemos um período em uma comunidade alternativa, porque a gente vem desse processo de comunidades alternativas.

V.F. - Onde era essa comunidade?

S.M. - É ali próximo, seguindo para Vargem Pequena, Camorim, ali naquela região, entre Camorim e caminho de Vargem Pequena. Aí passamos um período ali, mas assim, ele ficava lá e ficava lá na Vila Autódromo também, que era perto. Depois de um tempo nós começamos um relacionamento, só que ficamos um tempo morando em Lumiar, em Friburgo, depois nós voltamos para o Rio de Janeiro, e aí eu engravidei nesse período, mas era um período que nós estávamos ficando mais em Vargem Grande. A gente morava num sítio em Vargem Grande, só que como eu engravidei, nós resolvemos construir uma outra casa para sair de aluguel, essas coisas. Daí voltamos para Vila Autódromo e nos fixamos lá. d. Dalva permanecia no terreno. Como a gente tinha a d. Dalva isso dava essa possibilidade de fazer algumas saídas prolongadas.

V.F. - Desculpe te interromper, Sandra, como seu ex-companheiro teve conhecimento da Vila Autódromo para ir para lá, depois levar a mãe?

C.S. - E como ele conseguiu o terreno?

S.M. - Eu não sei dizer muito bem. Porque quando o conheci ele já tinha casa construída, eu não sei dizer se ele comprou ou se ele ganhou, eu sei que ele é um morador bem antigo. Ele já tinha há um bom tempo ali, ele participou na época da construção das ruas, até de divisão dos lotes, demarcação de lote, ele já tinha um bom tempo que ele morava lá.

V.F. - E quando você foi para lá era mais ou menos em que época?

S.M. - Foi na década de 90. Minha filha nasce em 95, então eu me aproximei da Vila Autódromo mais ou menos 93, 92. Em 95 eu realmente fui para lá de verdade, foi quando nós construímos uma segunda casa; aí ele deixou aquela primeira casa que ele havia construído para a mãe e fez uma para a gente. Aí moramos nessa casa por 17 anos, e depois nos separamos. Quando nos separamos ele saiu e eu fiquei com a casa, com as crianças e ele foi morar num sítio, na Boiuna, passou um período lá. Só que a primeira casa, onde a d. Dalva morava, ela já estava muito abaixo do nível da rua, porque a rua teve uns dois aterramentos, então a casa estava abaixo do nível da rua. Quando chovia era muito ruim, a água voltava dos ralos. Daí eles construíram uma terceira casa para d. Dalva nesse mesmo terrenos. Eles que eu digo, porque foi ele junto com os irmãos, cada um ajudou um pouco, no mesmo terreno. Aí construíram uma

casa para d. Dalva, quando a casa da d. Dalva ficou pronta, ela passou para casa, aí ele reformou a primeira casa que ele havia construído e voltou. Aí foi morar lá novamente.

V.F. - Sandra, qual era a situação de propriedade desses terrenos e dessas casas, você lembra?

S.M. - Esse terreno onde nós morávamos nós temos duas concessões real de uso, as duas concessões que foram dadas na Vila Autódromo, ele pegou, ele recebeu, está no nome dele. Era na época em que ele ainda estava lá sozinho. Então tinha duas concessões reais, como a maioria dos moradores lá da Vila Autódromo, e tem a Lei Complementar nº 74, que define a área toda como uma área especial de interesse social.

C.S. - Que já é bem posterior?

S.M. - Já, em 2005.

C.S. - Quando ele chegou lá já chamava Vila Autódromo?

S.M. - Já.

C.S. - Remete a construção do autódromo. Conta um pouco, você não estava lá, mas como essa história anterior da Vila Autódromo?

S.M. - A Vila Autódromo sempre teve esse nome, não teve outro nome. A comunidade da Vila Autódromo inicialmente era uma colônia de pescadores, que moravam ali na beira da lagoa, viviam da pesca, logo depois veio a construção do Autódromo de Jacarepaguá. Na época que era uma colônia de pescadores, eu penso que nem tinha um nome assim definido. Eram poucas pessoas. Com a construção do Autódromo de Jacarepaguá é que houve um aumento na comunidade, porque vinham muitos trabalhadores até de outros estados para participar da construção. Ali tinha uma dificuldade muito grande de transporte, então esses trabalhadores acabavam ficando ali na Vila Autódromo que era ao lado, tinha os pescadores e aí acolhiam bem esses trabalhadores, e eles acabaram se estabelecendo ali e ficando. Depois com o passar do tempo, teve outras construções no entorno que trouxe mais trabalhadores para aquela região, mas com a construção do autódromo, aquela região ficou mais conhecida, que antes quase ninguém conhecia. Ali era muito mato, floresta, Taboa, era um charco, não tinha nada ali. Com a construção do autódromo ficou mais conhecido o local e acabou... e começou a chamar comunidade de Vila Autódromo por ser ao lado do Autódromo de Jacarepaguá.

C.S. - Também foi uma área que ela foi recebendo reassentamentos.

S.M. - Reassentamentos, então. Teve reassentamento da comunidade Carlos Fontes, quando foi removida, teve reassentamento da Cidade de Deus, se não me falhe a memória, um desses reassentamentos foi feito pela própria Secretaria de Habitação, antiga secretaria.

V.F. - Era municipal?

S.M. - Eu penso que sim, é. Eu acho que um outro reassentamento foi feito pela prefeitura, pela própria prefeitura ou pelo estado, não sei dizer bem.

C.S. - E como eram esses reassentamentos, tinha algum projeto de urbanização, como acontecia?

S.M. - Não, não tinha projeto nenhum, eles apenas davam o lote para a pessoa, e a pessoa se virava, e construía um barraco, uma casinha pequena depois ia melhorando, mas enfim, eles só davam o lote na verdade para o reassentamento.

S.F. - E a medida que a Barra foi crescendo, qual foi o impacto ali naquela área?

S.M. - Olha, com o crescimento da Barra o que acontece é que vieram as remoções, vieram as ameaças de remoções. É claro que com a construção da Barra, aos poucos foi melhorando a questão do transporte, passou a ter um hospital, o Lourenço Jorge, veio shopping center, só que esses shoppings também, não foi uma experiência nada agradável para as pessoas de comunidade, porque todos, praticamente, foram feitos removendo pessoas. O Via Parque que foi uma das piores remoções, as mais cruéis no Rio de Janeiro, que foi também feito pela então subprefeito da Barra, Eduardo Paes. Ele fez a remoção do Via Parque de uma forma extremamente covarde. As pessoas perderam tudo, acabaram sem nada, enfim. Com essa expansão da Barra da Tijuca muitas pessoas foram removidas para dar espaço a esses shoppings

centers, até mesmo ali aquela área central da Barra da Tijuca, perto do túnel, muitas remoções foram feitas ali. Eles alegavam que era preservação ambiental, mas o que nós vimos depois é que no local onde havia pessoas morando, comunidades que foram removidas, surgiram mansões, surgiram restaurantes, casas noturnas. Então a remoção não era para preservação ambiental.

V.F. - Sandra, como você tomou conhecimento dessas outras remoções? Você já morava lá nessa época?

S.M. - Então, porque muitas pessoas foram para a Vila Autódromo, a Via Parque, por exemplo, nós tínhamos várias pessoas que após perderem tudo no Via Parque, acabou indo para Vila Autódromo. Algumas pegaram alguma indenização e compravam um terreninho na Vila Autódromo, devido à distância, ser próximo. Então a gente conhece muita gente que passou por esse processo de remoção. Com a especulação imobiliária, porque tudo ali é devido a especulação imobiliária. Há cerca de 30 anos esse desenvolvimento da Barra da Tijuca vem acompanhado de vários processos judiciais, tentando remover a Vila Autódromo. O primeiro processo, se não me engano, é de 93, parece, não tenho certeza, mas é de início da década de 90, vem o primeiro processo, e aí vem uma sequência de processos tentando remover a Vila Autódromo judicialmente.

C.S. - Nessas primeiras remoções, como essas do início dos anos 90, qual era a alegação para remoção?

S.M. - Normalmente a preservação ambiental, eles alegavam que a Vila Autódromo prejudicava... Tem um processo que é o mais absurdo de todos, que eles alegam dano estético ambiental, a Vila Autódromo era feia, esteticamente não combinava com o local, com o novo padrão do local e também o dano ambiental. Assim, na verdade acabou se mostrando uma grande mentira porque você vê que a Vila Autódromo durante todo período que esteve ali, completa, com toda comunidade ainda, ela preservou muito mais a área do que após a remoção. Nosso esgoto, como nunca houve um saneamento básico, o esgoto da comunidade era feito com sumidouros, justamente para não haver um despejo nas áreas da lagoa. Depois nós fizemos um projeto com a Fiocruz, era um projeto experimental de fossa verde, que foi implementado e foi aprovado. Então a ideia era que esse projeto seria implementado em todas as casas. Essa fossa verde a água trata, então a água já sai tratada da fossa.

V.F. - E foi aprovado por quem?

S.M. - Pela Fiocruz, pelos pesquisadores que realizaram o projeto experimental. Ele foi aprovado, só que o Eduardo Paes destruiu tudo.

V.F. - Isso já era mais recente?

S.M. - Isso já foi mais recente, sim, nos últimos dez anos, no período dos últimos dez anos aconteceu esse projeto. Após a remoção dessas 700 famílias que foram removidas, o que aconteceu é que a área foi toda desmatada, foram mais de 500 árvores cortadas na Vila Autódromo, você vê as fotos aéreas, como eu mostrei lá no museu, era uma comunidade verde e hoje em dia é uma comunidade cinza. Agora nós estamos fazendo o replantio das árvores, nós já plantamos bem umas cem árvores, agora recebemos mais 200 mudas, estamos fazendo uma campanha, recolhendo doações de mudas, e a ideia é fazer esse replantio para que aquela área volte a ser uma área verde. O esgoto que foi colocado ali, eu não sei, mas parece que o esgoto da Barra da Tijuca é todo despejado nas águas.

C.S. - Historicamente é um problema dos condomínios, os grandes condomínios na Barra sempre causaram esse problema de jogar esgoto nas lagoas.

S.M. - Ali não tem um tratamento, não tem uma preservação, então a questão da preservação... O Eduardo Paes também dizia que... Quando nós questionávamos e tentávamos impedir esse corte das árvores, ele alegava que ia fazer um replantio da flora original, uma reconstituição da flora original, que seria o manguezal, só que qualquer um vai lá e vê que o que ele plantou na área do manguezal é grama, palmeira. E a vegetação de mangue mesmo, de

manguezal que ele colocou é uma faixa da margem para dentro da água de dez metros no máximo, é uma coisa muito pequena, absurdo, quer dizer, destruiu todo um eco sistema porque quando ele destruiu a vegetação, ele acabou com um ambiente de capivaras, garças, até mesmo jacaré sumiu, que tinha na lagoa, os peixes. Quando o Parque Olímpico estava sendo construído teve um dia que nós amanhecemos com a lagoa coberta de peixes mortos, e aí a gente foi olhar, tinha um líquido verde que era despejado, que vinha de dentro do Parque Olímpico, nós temos fotos, temos vídeos que mostram isso, então ele destruiu todo um eco sistema e dizendo o tempo todo que um dos motivos da remoção da Vila Autódromo era preservação ambiental.

C.S. - Quando aconteceram esses episódios como da mortandade dos peixes, que se identificou que alguma coisa foi jogada ali, houve alguma ação judicial, alguma coisa contra?

S.M. - Não, não houve. Nós tentamos fazer denúncia, mas acabamos fazendo a denúncia só divulgando mesmo, acabou não tendo uma denúncia; era muita coisa acontecendo ao mesmo tempo e a gente estava preocupado com casa, com pessoas saindo, e era luz que era cortada, as ruas que ele retirou os postes e ficamos sem iluminação pública e água. Enfim, as demandas eram tantas que nós acabamos não fazendo uma denúncia oficial. Eu penso que talvez até tenha sido feita, mas não deu em nada.

C.S. - Sandra, o que é curioso notar é essa relação histórica do Eduardo Paes com a comunidade de Vila Autódromo. Quer dizer, tem uma entrevista que a gente viu da d. Jane Nascimento, também moradora, que foi ao jornal Brasil de Fato, que ela conta que na década de 90, quando ele era subprefeito, ele já estava não só envolvido com essas tentativas de remoção, mas ela lembra inclusive dele dirigindo trator. Não sei se isso é verídico, se você tem essa lembrança, mas o que aconteceu nesse primeiro momento quando ele era ainda subprefeito?

S.M. - Eu não sei se ele chegou ele mesmo dirigindo um trator, eu penso que não foi exatamente ele não, mas ele colocou tratores na frente da Associação de Moradores por uma semana, na década de 90, quando ele era subprefeito da Barra. A ideia, na verdade, esses tratores chegaram para demolir as casas. Acho que ele tinha uma ideia de fazer na Vila Autódromo o que fez no Via Parque, mais ou menos o que fez lá. Só que quando esses tratores chegaram a comunidade foi para lá e não permitiu que eles passassem, fez um confronto, houve um confronto ali e aí não permitiu que os tratores passassem. Esses tratores ficaram parados uma semana na frente da Associação de Moradores ameaçando entrar na comunidade e os moradores se mobilizando para não permitir que isso acontecesse.

C.S. - Você está falando da mobilização dos moradores, como era nessa época, também falando dos anos 90 ainda, a organização dos moradores da Vila Autódromo? Quanto eles já estavam organizados em função dessas ameaças?

S.M. - Assim, essa luta da Vila Autódromo ela foi sendo tecida por muitas mãos ao longo dos anos, então em cada momento um grupo se manteve à frente da luta, e os moradores, é claro, nos momentos mais tensos, o grande corpo de moradores se juntavam para poder fazer uma frente. Mas a organização de luta mesmo, de frente na luta sempre acaba ficando um grupo menor de pessoas. E esse grupo foi mudando com o tempo, em cada fase, em cada período foi um grupo de pessoas. Só que, felizmente, sempre houve um grupo que se mantinha a frente dessa luta e foi construindo essa resistência ao longo desses 30 anos isso trouxe essas conquistas dos títulos de concessão real de uso, isso trouxe... em alguns momentos que foi necessário a organização da comunidade para fazer, por exemplo, o cadastro do CEP das ruas, teve um período que foi necessário alargar as ruas, fazer as ruas num determinado padrão, e aí algumas casas tiveram que ser realocadas para poder abrir a rua, surgiram alguns problemas que morador não queria sair, mas aí com uma certa dificuldade acabou se convencendo as pessoas a mudar um pouco de lugar, mas permanecer na comunidade. E assim foi indo, a luta foi sendo construída por muitas mãos.

C.S.- Você estava contando dessas modificações na própria vila, abertura de ruas etc., etc., houve momentos em que o poder público atuou no sentido de fazer melhorias, uma atuação que não era de remoção, mas sim de melhorias?

S.M. - Não, a prefeitura nunca fez nada na Vila Autódromo A Secretaria de Educação fez essas exigências para poder fazer o cadastro do CEP, porque as ruas tinham que ter uma largura determinada que pudesse passar o carro do bombeiro, da Comlurb, enfim, mas tudo isso foi feito pelos moradores. A comunidade de Vila Autódromo ela sempre foi muito favorecida devido ser uma comunidade pequena e ela só tinha duas entradas de carro, porque era av. Autódromo que era reta, que ficava colada ao muro do autódromo, então você entrava pela Aberlardo Bueno, ali na altura de onde é hoje a entrada do Parque Olímpico e saía pelo outro lado onde era o antigo Ultraleve, mas era uma rua inteira. E tinha as outras ruas, que a partir dessa rua, em direção ao rio e a lagoa. Então a outra saída era através do rio, uma ponte que também foi construída pelos moradores. O ponto de ônibus que tinha até há pouco tempo, até essa remoção acontecer, também foi construída pelos moradores, porque nem ponto de ônibus a prefeitura nunca fez. O ponto de ônibus que estava na Salvador Allende que ficava lá na estrada, que era uma estrada asfaltada tudo mais, mas os moradores que tiveram que construir. Tudo foi feito pelos moradores, a prefeitura nunca fez absolutamente nada. A única coisa que a gente pode dizer que ela fez foi colocar a luz elétrica, porque nem a água não tinha. Nossa água sempre foi uma água clandestina, vamos dizer assim, porque a rede foi toda construída pelos moradores.

C.S. - E aquele é um terreno do estado?

S.M. - Aquela é um terreno do estado. Toda aquela área ali, inclusive o Autódromo, o Rio Centro, o Rio Centro eu não sei, mas onde é o Rock in Rio, aquilo tudo pertencia ao estado. Em um determinado momento, uma disputa do estado com o município pelo território, o estado faz uma doação para o município, só que nessa época a Vila Autódromo já tinha título de concessão real, já era estabelecida ali. Se você pegar esse texto onde ele faz essa doação, ele coloca no final, “resguardando as terras da comunidade da Vila Autódromo”, então toda área em volta pertence ao município, mas a terra onde está a Vila Autódromo pertence ao estado porque ele resguardou ela nessa doação.

C.S. - Como funciona essa concessão real de uso? Isso levou algum tipo de regularização, isso contempla só os antigos moradores que já estavam lá ou isso beneficia também os novos moradores que foram chegando ao longo do tempo, como funciona?

S.M. - Segundo as informações que tínhamos do Iterj, tudo mais, e da defensoria , esse título de concessão real ele beneficia a todas as pessoas, mesmo aquelas que não tinham a concessão real. Porque? Porque tem dois títulos de concessão real, dos lotes. É claro que em cada lote acaba se multiplicando um número de casas, de construções. Mas a concessão é pela terra, porque é uma concessão real de uso da terra, então ela pega os lotes da Vila Autódromo, é claro que depois surgiram outras construções, mas os lotes já estavam todos com as concessões regularizadas.

C.S. - Se a gente começar em termos históricos dos megaeventos, os jogos pan-americanos de 2007 já representaram algum tipo de ameaça para a Vila Autódromo? Como foi o impacto dos jogos pan-americanos?

S.M. - Representaram. Todos os megaeventos que houveram na cidade foram um bom motivo para que eles tirassem a Vila Autódromo, só que nunca conseguiram. A Olimpíada conseguiu isso devido ao grande investimento de capital que é feito na Olimpíada. Então houve um investimento muito alto de dinheiro e aí realmente ficou quase impossível.

C.S. - Mas na época dos jogos pan-americanos qual era a alegação?

S.M. - Eles alegavam que era da realização dos jogos, as mentiras que eles inventam, porque era necessário para realizar os jogos, que não tinha nada a ver, era lá dentro do Autódromo, daquela área, era bem distante. Teve o Maria Lenk que é bem distante, o HSBC também, não tem o menor sentido.

V.F. - Eu fiquei pensando aqui, a gente até já falou sobre isso hoje, até naquele dia que fomos na Vila Autódromo, essas tentativas de remoção vêm desde os anos 90. Quando a gente tem em 2007 ou um pouco antes, 2006, quando começa a construção de todo processo dos jogos pan-americanos, se você identifica alguma mudança nas estratégias? Porque também a gente não pode dizer que as tentativas de remoção começam nos megaeventos, então queria ouvir de você, se por acaso você sente alguma diferença nesses processos de tentativa de remoção a partir dos megaeventos em relação ao que tinha antes?

S.M. - Sim. Essas tentativas sempre foram mais pelo meio jurídico, através de processos, uma disputa mais jurídica. E os megaeventos davam um bom motivo, que, na verdade, é a especulação imobiliária o motivo, de querer tirar a Vila Autódromo. Mas todos os megaeventos dão a eles um falso motivo, um argumento para eles chegarem, por exemplo, fazer notas, colocar na imprensa, dizer que a Vila Autódromo vai sair. Houve muitas matérias assim, eu me lembro, muitas pessoas paravam de construir suas casas, porque quando começava aí vinha uma matéria no jornal falando: “a Vila Autódromo vai sair, não vai ficar ninguém, vai ser necessário que ela saia para realização do pan, da Copa...”, enfim, de vários eventos. Só que depois isso não tinha nenhum fundamento e isso acabava sendo palavras ao vento, porque eles entravam com ações judiciais, mas que eram negadas pela Justiça, não tinha cabimento, não tinha um fundamento, aí nós conseguimos permanecer.

C.S. - Nessa época já tinha uma articulação da comunidade acionando a defensoria pública, entrando nesse embate aí judicial?

S.M. - Sim, já. Desde a década de 90 que já existe esse trabalho com a defensoria pública. O Multi aí já tem dez anos de atuação na Vila Autódromo, e sempre foi através da defensoria pública que nós mais brigamos. E claro, também buscando esses títulos de concessão real, o plano de urbanização Popular da Vila Autódromo, esses projetos, essa parceria com universidades, com instituições como a Fiocruz, isso tudo ajudou.

C.S. - Houve também mobilização para aprovação da lei complementar nº 74, a de 2005, aquela que garante área como área especial de interesse social, houve uma mobilização de vocês nesse sentido?

S.M. - Houve também. Porque inclusive quando eles definiram... nessa época eu não participava muito, mas me lembro que algumas comunidades foram definidas como área de especial interesse social, e a princípio eles tentaram tirar a Vila Autódromo, não incluir a Vila Autódromo nessas AEIS, então foi necessário fazer uma mobilização, buscar o apoio de alguns parlamentares para que a Câmara Municipal aprovasse a Vila Autódromo também na lei como uma área de especial interesse social.

V.F. - Fiquei pensando, você falou que você não participava muito, a partir de qual momento você começa a participar mais?

S.M. - Assim, eu sempre participei, eu ia algumas reuniões da associação, eu ia em alguns eventos, mas não muito. Eu fui participar mais ativamente mesmo foi justamente nesse processo de remoção agora da Olimpíada, foi a necessidade, que na verdade foi fazendo com que eu colocasse a mão na massa, porque era necessário arregaçar a manga, e não tinha mais como ficar indo só para reunião, era necessário assumir a frente mesmo, até porque todos os dias as pessoas saíam, pessoas que estavam na luta iam saindo e aí era necessário. Tinha o padre Fábio, me lembro que o Pe. Fábio ele teve uma atuação muito importante nesse processo e aí quando ele é levado para o Vaticano, o papa Francisco o chama para o Vaticano, ele é transferido para lá, e aí aquilo abriu um buraco na resistência, porque quando ele saiu teve um impacto, e aí foi quando eu realmente assumi, não tinha como, aí eu e Natália, que é a filha da Penha, ela também ficava mais assim, ia para reunião mas não... Mas quando o Pe. Fábio saiu aí a gente teve que realmente lutar mais para suprir aquela falta que o ativismo dele fez na situação, então começamos. E cada vez mais e mais, e aí era necessário passar de porta em porta para conversar

com morador, fazer todo um trabalho de conscientização, de discussão e aí foi uma coisa que quando eu vi eu já estava totalmente dentro do processo.

C.S. - Duas perguntas sobre isso. Primeiro você falou que algumas pessoas foram saindo, foram saindo porquê, o que foi acontecendo?

S.M. - Porque com o processo de remoção ele fez um decreto, colocou 54, se não me engano, 54 famílias nesse decreto, e muitas dessas pessoas eram pessoas importantes da luta, como a Inalva, a d. Jane, o próprio Altair, muitas pessoas que já estavam nesse processo de luta há um bom tempo foram colocadas nesse decreto, a Maria da Penha, então todas essas pessoas, a única que conseguiu permanecer foi a Penha, que apesar de ter a casa demolida permaneceu na comunidade.

C.S. - Essas 54 casas foram demolidas por que, o traçado, o que é?

S.M. - Esse decreto ele justificava como alargamento da pista para construção da transolímpica, o que é um absurdo, se você vir as fotos aéreas você vê que o mapa da transolímpica faz uma curva na Vila Autódromo para justificar a remoção da Vila Autódromo; ele alegava como a construção de vias de acesso da imprensa ao Parque Olímpico, que é outro absurdo, então ele constrói aquelas duas vias ali na ponta, no final da Vila Autódromo, onde já está próximo do Rock in Rio, que praticamente não teve ninguém passando ali naquele período, todo mundo entrava pela frente do Parque Olímpico, a gente não via grandes movimentos ali. Não era necessário aquilo. Enfim, se você pegar o decreto você vai ver que as justificativas dele são absurdas, mas ele usa esses argumentos para poder desapropriar essas famílias. Aí essas famílias que estavam no decreto, elas se veem numa situação muito complicada, porque o decreto ele te obriga a sair, se você não negocia com a prefeitura acaba tendo o valor estipulado pela justiça, pelo período da justiça, e a indenização que ele oferecia era maior do que a justiça acabava dando. Então muitas dessas famílias que estavam no decreto, a maioria, acaba negociando com ele, não luta até o fim no processo por medo de acabar saindo sem nada ou um valor que desse para refazer a vida.

C.S. - Antes do início da remoção quantas famílias eram?

S.M. - Cerca de 700 famílias, talvez um pouco mais, um pouco menos.

C.S. - E essas 54 são as primeiras a serem removidas?

S.M. - Essas 54 são colocadas em decreto, não, não são as primeiras. As primeiras a serem removidas trocam a casa por apartamento do Minha Casa... O que ele fez? A primeira... porque ele usou várias estratégias para remover. A primeira grande estratégia dele foi a seguinte, ele faz uma reunião...

V.F. - Desculpe interromper, em que momento é isso?

S.M. - Isso é no final de 2013.

V.F. - Deixa eu voltar um pouco para tentar entender melhor. Isso em 2013 já bem perto da Copa, perto das Olimpíadas?

S.M. - É, final de 2013 ele já começa, porque já estava o planejamento da Olimpíada.

C.S. - Porque tem umas etapas antes.

V.F. - Só queria entender melhor, porque assim, por exemplo, a gente tem o Pan em 2007, Copa em 2014, que já começa a ser preparada antes e as Olimpíadas, a gente ganha as Olimpíadas, quero dizer, o Brasil, Rio de Janeiro ganha a sede das Olimpíadas do concurso em 2009. Mas nesse período 2009 até 2013 vocês sentem algum impacto da Olimpíada?

S.M. - Houve várias reuniões com a prefeitura, eu não participei nessa época, mas ficava sabendo nas reuniões que eram passadas para a gente, então houve várias reuniões com ele, com o prefeito, e que ele posicionava no sentido de uma negociação, tentava uma negociação com esse grupo, com a Associação de Moradores, tentando remover as pessoas, tentando negociar para poder remover todo mundo.

V.F. - Isso ao longo dessa época, 2009 e o que?

S.M. – Isso, 2009, 2010... foram feitas várias reuniões ao longo desse período no qual essas pessoas não cederam, não aceitaram essas propostas. Justamente foi quando foi feito o Plano Popular de Urbanização da Vila Autódromo, foi construído justamente com esse intuito, porque ele dizia que não tinha condição de urbanizar. Nessas reuniões de negociação, ele queria que as pessoas saíssem e a Associação de Moradores colocava que não, que queria que ele fizesse urbanização da comunidade e ele dizia que não tinha como.

V.F. - O que ele alegava para pedir para as pessoas saírem?

S.M. - Não sei exatamente o que ele alegava, acho que ele alegava vários motivos, dizia que era necessário para construir a realização da Olimpíada, os argumentos os mesmos de sempre, as mentiras que ele inventam no momento, que era necessário para a realização dos jogos, e aí já discutiam com ele que justamente, não era necessário porque o autódromo é ao lado da comunidade, a comunidade não está dentro, então não era necessário, e que ele fizesse o saneamento, a urbanização, ele dizia que não tinha condição. Foi quando um grupo de moradores procurou as universidades e aí foi construído essa parceria e foi feito o Plano Popular de Urbanização da Vila Autódromo, que acabou sendo premiado. E aí, justamente, essa procura foi devido a ele dizer que não era possível fazer, e aí esses moradores falavam para ele que sim, que era possível. Ele falou: “então tá, se vocês me apresentarem um projeto que mostre que é possível essa urbanização, então eu faço”.

V.F. - E aí esse plano foi feito com o Ippur, não é isso?

S.M. - Foi feito com o Ippur e o [Etern]\*[Nephu-pesquisa Google]\*, enfim, UFRJ e a UFF. Então é construído esse plano de urbanização, é apresentado, mas ele ignora totalmente, aí vem esse concurso de projetos de urbanização e eles inscrevem o projeto de urbanização da Vila Autódromo, ele acaba sendo premiado, recebe o primeiro lugar, esse prêmio era para ser entregue pela prefeitura do Rio de Janeiro, e aí ele cancela a entrega, e quando ele cancela, as pessoas: “não, nós ganhamos”. Um ou dois meses depois o próprio banco da Alemanha veio ao Brasil para fazer a entrega, porque a prefeitura não fez a entrega do prêmio. Aí ele não tem mais como dizer que não tinha como urbanizar a Vila Autódromo pelo plano, ainda mais depois de ser reconhecido internacionalmente como bom, ele não tinha mais como dizer que não era possível urbanizar. Só que aí ele continuou ignorando. Na medida que a comunidade foi sendo removida, aí ele dizia: “agora não tem mais como fazer, a comunidade está totalmente diferente, não é mais possível”. Mas aí eles faziam uma nova versão do plano, esse plano acabou chegando a sexta versão, em 2016 eles fazem a sexta versão mostrando que é possível urbanizar a Vila Autódromo realizando o nosso plano. Porque o plano de urbanização da Vila Autódromo é uma parceria, é feito com os técnicos e a comunidade, ele é muito discutido, tudo debatido, os moradores colocam as suas demandas, as necessidades, as soluções encontradas ao longo desses anos para os problemas do local, e tudo isso é muito respeitado pelo projeto, por esses professores. Acho que essa é a grande diferença do projeto de urbanização da Vila Autódromo para os outros projetos de urbanização, a maioria é feito meio de fora para dentro, e esse não, ele nasce de dentro para fora, junto com o morador, então ele deveria ter sido realizado.

V.F. - Quem pensou em conversar com esses professores da UFF e da UFRJ, como veio esse contato?

S.M. - Eu acho, se não me falhe a memória, eu acho que foi a Inalva a grande responsável por isso. A Inalva era uma professora, que vocês devem conhecer, ela morava na Vila Autódromo e que lutou muito, durante muitos anos ao lado da d. Jane, do Altair, ela fazia parte da associação, e durante muitos anos ela lutou pela Vila Autódromo E me parece que quem procurou a universidade foi a Inalva e pediu essa ajuda.

V.F. - E você acompanhou como esse processo... você contou um pouco que foi um processo não só definido pelos urbanistas, pelos pesquisadores professores, mas em conjunto. Você acompanhou esse processo?

S.M. - Eu acompanhei. Eram feitas reuniões, lá no museu a gente tem algumas fotos que mostram esse registro desse momento, eram reuniões que eram feitas normalmente atrás da associação, na quadra, que era o local mais amplo, aí era discutido, eles faziam mapas da comunidade, mapearam a comunidade e nessas reuniões os moradores iam colocando a proposta deles, o que eles pretendiam, o que eles gostariam de ter na comunidade, colocavam também as soluções que foram encontradas ao longo dos anos, como, por exemplo, do esgoto, para que não houvesse enchente. E aí tudo isso era muito discutido, eles anotavam tudo e depois passavam isso para o projeto de uma forma técnica, uma linguagem técnica, faziam uma leitura técnica daquilo que os moradores expressavam de uma forma simples. Foi muito bonito a construção do Plano Popular é muito bonita.

C.S. - Acho que é interessante, até em contraposição a esse Plano Popular que foi construído com os moradores, a gente recuperar também... você queria fazer essa pergunta?

V.F. - Não, é que eu queria perguntar mais uma coisa do Plano Popular. Queria saber como foi a entrega para o Eduardo Paes, como foi o processo de entrega do Plano Popular?

S.M. - Não, eu não estava junto, não participei dessa reunião.

V.F. - Mas você sabe como foi o processo?

S.M. - Me parece que foi em uma reunião que eles foram e apresentaram. Eu não sei, eu não posso falar porque realmente eu não...

V.F. - Você sabe com quem a gente consegue falar sobre isso?

S.M. - Com certeza com a d. Jane, ela é a pessoa que vai saber falar exatamente, a Inalva também. Eu posso passar o contato para vocês se quiserem.

V.F. - Está ótimo. Aí acho que é a pergunta que a Carla ia fazer, que talvez a gente pudesse falar um pouco, como você tomou conhecimento do Parque Carioca?

S.M. - O Parque Carioca foi nessa reunião que ele fez no final de 2013, no Rio Centro. Mas o que ele fez? Havia uma moradora que morava na comunidade já há alguns anos e ela meio que trabalhava com ele, já tinha um envolvimento na política, época de campanha conseguia pessoas para fazer boca de urna, cabo eleitoral dele, e ela meio que foi costurando internamente com alguns moradores. Eu me lembro que no dia dessa reunião, ele marca essa reunião e manda convite para alguns moradores, muitos moradores, mas pegava mais os moradores que moravam ali na faixa mais humilde da comunidade, na beira da lagoa, pessoas mais simples.

V.F. - Ele não usa diálogo via Associação de Moradores?

S.M. - Não, ele manda convite para o morador, individual. E essa moradora assim meio que no corpo a corpo, ela vai convencendo alguns moradores que era bom para eles, que esse projeto que ele ia apresentar no Rio Centro, era um projeto que eles iam gostar muito. Eles colocavam, o que eu acho um absurdo na época, isso era uma coisa que me incomodava muito, eles colocavam a incompetência do estado, enfim, o não cumprimento do dever do estado, como, por exemplo, asfaltar as ruas, fazer o saneamento, a urbanização da comunidade, eles colocavam como sendo um defeito da comunidade e não uma deficiência do estado de cumprir a sua obrigação, o seu papel. Então essa moradora ela foi convencendo alguns moradores para ir para essa reunião que eles iam gostar muito, porque ele tinha feito coisas maravilhosas e ia oferecer a eles um lugar melhor, asfaltado, enfim, com ônibus, uma infraestrutura de transporte muito melhor, e aí eu me lembro que alguns moradores já foram para a reunião assim “realmente, isso aqui é a maior lama, o maior barro...”, a gente ouvia aquele zum zum zum. Eu não sabia direito o que estava acontecendo, eu não pude entrar nessa reunião, porque nessa reunião só podiam entrar aqueles moradores que foram convidados. Alguns moradores conseguiram entrar, forçaram uma barra e conseguiram entrar. Eu não entrei. Mas eu vi o depoimento das pessoas que foram, algumas gravações que foram feitas, o que aconteceu ali dentro foi o seguinte, o Eduardo Paes apresentou o projeto de construção do Parque Olímpico para pessoas, onde seria realizada a Olimpíada, as instalações que seriam feitas e tal. Em

seguida ele apresentou o mapa da comunidade com algumas áreas marcadas que ele chamou de traçado. E falou para as pessoas... ele colocou de uma forma assim que dava a entender a essas pessoas que elas teriam que sair. Porque ele colocava o seguinte, as pessoas que moram nesse traçado, elas têm que sair para que o projeto do Parque Olímpico seja realizado. Então essas pessoas eram pessoas humildes, uma informação pequena de determinadas coisas e elas compreendiam assim, a maioria saiu da reunião compreendendo que elas teriam que sair, eram obrigadas a sair, porque ele falou, para realização do projeto do Parque Olímpico essas pessoas que moram nesse traçado terão que sair. Então elas achavam que elas tinham que sair e não que o prefeito queria que elas saíssem. Em seguida ele apresentou um terceiro projeto que era o projeto do Minha Casa Minha Vida, que ele apresentou como sendo um condomínio. “Mas eu tenho para vocês uma solução para esse problema, que é o condomínio que nós estamos construindo bem próximo aqui da Vila Autódromo, numa área muito melhor que é asfaltada, urbanizada, com ônibus na porta”, e aí mostrou o projeto, fotos dos apartamentos, tinham apartamentos de três e dois quartos, aquelas fotos distorcidas que a piscina, por exemplo, parecia ser muito maior do que era, com toboáguas, aí ele disse que teria piscina, salão de festa, área gourmet, era tudo muito ridículo, e centro comercial, enfim, na verdade era um conjunto habitacional Minha Casa Minha Vida.

C.S. - Esse é o Parque Carioca?

S.M. – O Parque Carioca. Ele falou que seria uma troca de chaves que as pessoas fariam, trocariam sua casa pelo apartamento, e independente do tamanho da casa da pessoa, ela poderia pegar apartamento de dois ou três quartos, ela podia escolher, sendo que os apartamentos de três quartos eram em menor quantidade, então apenas os primeiros pegariam o de três quartos, os últimos teriam que se conformar. Isso gerou uma certa corrida pelos apartamentos de três quartos. Para completar, no dia seguinte ele colocou vans indo à comunidade para pegar grupo de moradores e levar até o Parque Carioca para conhecer os apartamentos.

V.F. - Que não estavam construídos ainda?

S.M. - Não estavam todos construídos, mas já tinham alguns, então ele preparou um apartamento de três e um de dois quartos, mobiliou com móveis caros, de loja que esses moradores jamais teriam condição de decorar aquele apartamento daquela forma. Outro dia eu consegui na internet uma foto dessas, há muito que eu venho querendo e finalmente eu consegui, então você vê assim, a mesa de jantar arrumadinha, com louça, prato, talher, enfim ele vendeu um sonho para essas pessoas.

V.F. - Depois você mostra para a gente essa foto.

S.M. - Eu mostro. Ele vende um sonho para essas pessoas que elas mudariam de vida com essa troca. Ele coloca também no dia seguinte, muitos funcionários na comunidade, e também nós temos foto disso no museu, batendo de porta em porta, passando na casa dessas pessoas, principalmente as que estavam no traçado, e falando...A pessoa abria a porta, aquilo já era uma pressão psicológica imensa, porque quando ela abria a porta ela dava de cara com dez funcionários da prefeitura, desde guarda municipal até funcionário com colete da prefeitura, até funcionário de roupa comum com pranchetinha na mão e crachá e sem crachá também, e essas pessoas faziam a abordagem de que “olha, vai sair todo mundo, não vai ficar ninguém, é melhor você negociar agora a tua casa por um apartamento, aproveitar a oportunidade que você está tendo de pegar um apartamento de três quartos pela tua casa do que correr o risco de sair sem nada, porque quem não aceitar negociar, depois vai ser colocado num decreto, vai para a justiça e vai ser ajuizado, você vai sair de qualquer forma e você corre o risco de sair sem nada”. Essas pessoas morreram de medo diante disso. A defensoria ia lá praticamente toda semana, tentava esclarecer, falar para essas pessoas que não era assim, que elas podiam lutar, não eram obrigadas a sair. Mas as pessoas falavam: “não, mas foi a prefeitura que falou, a prefeitura disse que vai tirar todo mundo, não vai ficar ninguém, não vou correr o risco”, e aí começou a ter saída de pessoas trocando suas casas por apartamentos. Algumas pessoas... como ele pegou primeiro uma

faixa bem humilde, algumas pessoas viam assim uma oportunidade de ter uma casa acabada. Porque a pessoa morando ali muitos anos ainda não tinha uma casa pronta, via uma oportunidade de ter uma casa acabada. A gente falava para essas pessoas: “olha, você está trocando a tua casa por um apartamento, e ali você vai ter taxas para pagar que você não tem atualmente, você vai ter uma mudança na tua vida muito grande, isso vai gerar uma série de outros problemas”, mas as pessoas não ouviam. Teve também, logo depois dessa reunião uma pressão psicológica, que é uma das piores que é uma prática muito antiga do estado, que é a marcação de casas. O funcionário passava nas ruas e ia marcando as casas, o número do SMH, e aquilo gera um impacto imenso nas pessoas, porque as pessoas “minha casa foi marcada, a casa do fulano foi marcada...” e o funcionário chega e marca a tua casa sem pedir licença, sem pedir autorização, quando você chega em casa a tua casa está marcada, uma atitude assim, uma violência aquilo, aquilo gera um impacto imenso. Então você tem aí esse impacto dessa marcação com esses funcionários passando, com essa reunião que dizia para as pessoas que elas tinham que sair para realização do parque Olímpico, e esses ônibus, essas vans levando as pessoas para poder ver, depois levando as pessoas na subprefeitura para negociar, para fazer já a documentação, isso vai fazendo com que as pessoas vão para lá negociar. E ele coloca que mesmo as pessoas que não estavam no traçado também poderiam fazer essa negociação. E no corpo a corpo ali, o funcionário vai espalhando que todo mundo vai sair, que por hora ele estava pegando aquelas pessoas, mas até o final do processo todos saíam. As pessoas meio que se desesperam porque os apartamentos de três quartos são poucos, porque corre o risco de ficar sem nada e o medo, enfim. Sai um grupo bom de moradores e depois isso dá uma parada.

V.F. - Isso em que época?

S.M. - Isso em 2014, início.

V.F. - O Parque Carioca não foi apresentado em 2011...?

S.M. - Em 2013, em 2014 começa as saídas, porque primeiro tem aquele trâmite de documentos e tal, e em 2014 as pessoas começam a serem removidas para lá, reassentadas lá. Porém, quando as pessoas começam a assinar o contrato desses apartamentos, eu tenho uma cópia desse contrato que eu consegui com uma moradora na época e guardei, é um contrato de compra e venda do Minha Casa Minha Vida, de financiamento, assinado entre a Caixa Econômica e o morador, o vendedor e comprador. Em momento nenhum existe nesse contrato nenhuma letrinha mínima dizendo que a prefeitura vai arcar com dívida desse financiamento. E essas pessoas quando recebem a chave, é comunicado a elas que elas só vão pegar a escritura definitiva após dez anos, quando essa dívida estiver quitada.

V.F. - Isso já em 2014?

S.M. - Isso em 2014.

V.F. - E como as pessoas reagiram, porque pelo que você falou antes, como a prefeitura indicou que era uma troca de chaves, a ideia era que você dava sua casa, você saía da sua casa e você ganhava o apartamento sem ter custo para isso. Mas isso já é uma outra coisa, como você disse, um contrato de compra e venda, com financiamento e tal. Como as pessoas reagiram quando se deram conta?

S.M. - Algumas pessoas foram assinando e aceitando, e aí nós começamos a sinalizar isso para elas, a defensoria pública falando o que estava acontecendo e aí elas questionavam a prefeitura e a prefeitura falava para elas: “não, mas a prefeitura vai pagar essa dívida, não se preocupem, vocês não vão pagar nada”. “mas a escritura...”, “não, é uma formalidade da Caixa, mas a prefeitura vai pagar essas prestações”.

C.S. - Mas elas não tinham nenhuma documentação?

S.M. - Não, é uma promessa de boca, e aí nós falávamos para eles, como vocês vão trocar a casa de vocês por uma promessa verbal, essa prefeitura daqui a pouco muda a gestão, daqui a dez anos ninguém vai lembrar desse acordo, vão dizer que não existe, isso não tem cabimento. Mas as pessoas continuavam iludidas, enfim, acreditando que a prefeitura falou e a prefeitura,

enfim, e iam. Depois que houve essa primeira saída desse grupo aí a coisa começou a dar uma freada. Os primeiros que foram tiveram esse impacto, aí o assunto começou a ser discutido, discutido, e aí as pessoas começaram a ficar mais receosas, e aí não querendo trocar a casa por apartamento, e com medo, aí o que ele faz, começa a oferecer indenização também. Você tinha a opção de pegar o apartamento ou indenização. Aí ele leva mais um grupo de pessoas, com a indenização elas se sentem mais seguras e vão.

V.F. - Isso em 2014?

S.M. - Isso em 2014, ainda no início de 2014. Ele leva mais um grupo de pessoas. Depois começa a dar uma parada também, vai diminuindo, as pessoas começam a resistir mais, não querer, e esse ritmo de saída diminui, aí ele começa uma investida de pressões psicológicas, ele faz choque de ordem. Choque de ordem era uma operação, vamos dizer assim, na qual vinha todo tipo de fiscalização que prevê um estabelecimento, um comércio. Então vinha Defesa Civil, Bombeiro, Fiscalização Sanitária, enfim, eles vasculhavam o estabelecimento, e qualquer irregularidade, que em qualquer outro lugar que seria uma multa e um prazo para a pessoa regularizar aquilo, ali era o fechamento de portas.

V.F. - Mas isso só funciona nos estabelecimentos comerciais?

S.M. - Os estabelecimentos comerciais. Com isso ele fecha todos os estabelecimentos comerciais.

C.S. - Mas esses estabelecimentos deveriam ser de pessoas que moravam ali?

S.M. - Que moravam. Esses estabelecimentos eram de moradores. Além do mais, isso gera uma pressão psicológica tão grande que isso faz com que um outro grupo de moradores negociem, porque isso gera medo nas pessoas. Teve um comércio que eles vasculharam e não encontraram nada, nenhuma irregularidade, o rapaz tinha todo comércio totalmente regularizado, direitinho. O que eles fazem? Chamam a polícia militar e prendem esse homem, leva esse homem preso como bandido, algemado.

C.S. - Sob qual alegação?

S.M. - Roubo de água. Em uma comunidade que não tem fornecimento feito pela Cedae, a Associação de Moradores já tinha uns três ofícios de pedidos que a água fosse feita, instalada o fornecimento na comunidade, e não era. Então em toda comunidade o fornecimento de água era feito, como eu disse no início, por nós.

V.F. - Era poço?

S.M. - Não, era uma ligação clandestina que abastecia a comunidade. Então para prender tinha que prender toda comunidade, não esse homem. Na verdade, eu acho que tinha que prender o estado por não fazer esse fornecimento, não regularizar isso. Uma vez que ali existiam pessoas morando, já com títulos de concessão real, com a lei complementar, com todos os direitos garantidos, então o estado tinha que ser preso por não fazer esse fornecimento. Só que eles prendem esse morador. Esse morador para não ficar preso numa cela com bandidos, ele teve que pagar uma fiança de R\$800, ele teve que arcar com custos processuais, advogados; ele saiu, depois quando o processo chegou a ser julgado, foi arquivado, o juiz compreendeu que aquilo era um absurdo, arquivou o processo. Mas até que esse processo fosse julgado, esse homem negociou e foi embora, ele não queria mais ficar num lugar como esse. E a prisão desse homem, o fechamento dessas portas, desses comércios, faz com que um grupo imenso de moradores negociem suas casas porque tem medo, se ele fez isso com o comércio, imagine o que ele não vai fazer comigo. E aí ele faz um decreto... Esse homem, por exemplo, esse comércio também está nesse decreto, porque esse decreto e esse choque de ordem são mais ou menos na mesma época. Então esse homem desse comércio, além de tudo isso, ele ainda estava no decreto também, ele negocia e vai embora. Esse decreto de desapropriação coloca 54 famílias, se não me engano, e com esse decreto mais um grupo imenso de moradores também negocia, porque ele fala que vão ter outros decretos. A defensoria falava para gente, dificilmente vai ter um outro

decreto porque ele tem que ter um argumento para fazer um decreto, o que mais ele vai argumentar? Vai passar mais o que mais aqui na Vila Autódromo?

V.F. - Sandra, em algum momento você pensou em negociar?

S.M. - Em alguns momentos eu pensei em desistir, não no início, mas depois quando eu estava inclusive já na resistência, teve alguns momentos que eu pensei em desistir sim, eu pensava... Eu tinha medo como todo mundo, me lembro que tinha dias que eu rezava antes de dormir, rezava antes de sair da cama, com medo. E por mais que eu resistisse, que eu lutasse e que eu... assim, meu coração e a minha consciência falasse para mim que era necessário fazer aquela luta, eu me sentia pressionada, porque eu não estava em risco só a minha casa, estava em risco a casa da minha família. E pensava, se eu perder tudo, se eu sair daqui sem nada, como eu vou olhar para meus filhos, o que meus filhos... o que eu vou falar para um filho... como você fala para um filho... porque todo mundo negocia, pegou dinheiro nessa época, haviam indenizações altas.

V.F. - Altas tipo...

S.M. - Altas, R\$900 mil, R\$ 800 mil, R\$ 700 mil.

V.F. - Bem altas, e principalmente as pessoas que estavam de frente lutando, ele tentava subornar essas pessoas, então ele oferecia para essas pessoas quando tentava negociar esses valores aumentavam bastante. E aí eu me cobrava um pouco isso, pensava que se eu perdesse tudo, se no final a gente perdesse ou se no final eu tivesse que morar num apartamento, o que é uma coisa para mim e para minha família, para nosso estilo de vida, nosso histórico de vida não cabia, eu sabia que a gente não ia ser feliz num apartamento. Então eu me questionava isso, se eu perder tudo o que eu faço, como eu olho para meus filhos depois. Porque a família te cobra isso, não só os filhos, mas mãe, tio, primo, eles te ligam para te cobrar, “negocia, está todo mundo negociando, vai embora desse negócio, você acabar ficando sem nada, tu vai estragar a vida dos teus filhos...” e aquela pressão assim, então teve alguns momentos que eu pensava “meu deus, será que eu estou fazendo a coisa certa? Será o que eu estou fazendo é uma loucura, será que é isso mesmo? ”

V.F. - E porque você optou não negociar?

S.M. - Porque quando isso batia, quando acontecia isso, e aí quase em seguida vinha a prefeitura e cometia uma barbaridade ali dentro, e aí essa barbaridade fazia com que criasse dentro de mim uma revolta, e eu pensava, aquilo gerava um sentimento de que, “não tem que lutar, não, não posso sair, se todo mundo sair vai dar certo, o que ele vai fazer?” Se as pessoas que estavam na resistência, que estavam pensando o movimento, enfim, as formas de resistir e organizando a luta saíssem, desistissem, aí sim ele ia destruir a vida de todo mundo ali. Porque ele ia tirar aquelas pessoas dali de qualquer jeito, as pessoas iam sair igual cachorro de rua de lá, como eu via na mesma época em Curicica, pessoas sendo removidas recebendo R\$30 mil, R\$20 mil de indenização, essas pessoas ficavam desesperadas, o que elas faziam com um dinheiro desse, vai comprar o que, aonde? Esse sentimento de responsabilidade... Porque a resistência, esse processo de luta você vai se comprometendo, você vai assumindo compromissos, cada vídeo, cada documentário que você participa, e eu participei de vários, cada projeto que você faz, que você assume, cada estudo desse que você pensa e cria, são compromissos que você assume. Eu me sentia envergonhada em negociar, em desistir e deixar todo mundo para trás, e me preocupar só comigo, “vou resolver a situação da minha família e o resto salve-se quem puder...”, depois de tanto compromisso, de tantas palavras ditas e pensadas, depois de tantas pessoas que eu ajudei a compreender a necessidade de lutar, então tudo isso gerava em mim uma vergonha imensa em desistir. Aí eu conversava com meus filhos, falava tudo isso para eles, e aí eles falavam: “não mãe, continua”, eu falava: “mas se perder tudo?”, “tudo bem, a gente perde tudo, mãe, vamos até o final, vamos ver o que vai dar”, eu falei: “vocês não vão me culpar por isso, porque se a gente perder tudo a gente vai ter que dar um jeito na nossa vida do jeito que for, e eles aceitavam e me apoiavam e falavam: “não, mãe, você está certa, você tem que

continuar, vamos continuar, vamos pagar para ver”, aí isso me motivava, me fortalecia, “já que vocês correm o risco comigo, então vamos embora”, e aí eu continuava. E aí vinha a prefeitura e barbarizava. Teve o dia 3 de junho que foi lá, espancou as pessoas...

V.F. - Isso em 2014 ainda?

S.M. - Isso foi em 2015, dia 3 de junho de 2015, ele chega lá e espanca Maria da Penha, espanca o sr. Brasil, um senhor de 73 anos de idade, que teve sua cabeça aberta com cacetada pela tropa de choque. Eu não estava na comunidade nesse dia, eu saí, passei o dia inteiro na cidade resolvendo umas coisas, estava até ajudando uma pessoa resolver uns problemas. Aí quando cheguei à noite que eu soube, quando eu vi os vídeos, quando eu aquelas fotos, meu deus, aquilo ali para mim... ver aquele senhor deitado no chão, cercado por homens jovens, fardados, armados, e uma atitude covarde, aquilo tudo era cruel demais, e aquilo motivava a gente, “não,, a gente precisa lutar, a gente não pode parar, a gente tem que continuar”.

V.F. - Essas fotos que estão no museu das remoções?

S.M. - Estão lá no museu, os vídeos que estão na internet, aquilo ali era de lascar a alma. Quando eles cercaram a comunidade e destruíram cinco casas com tudo dentro, destruíram a vida das pessoas. Vi a Marisa chegar do médico, que ela tinha saído de manhã para ir no médico, ela tinha feito uma cirurgia na coluna, e é uma pessoa que tem diabetes, tem uma série de problemas de saúde, foi ao médico, quando ela chegou em casa, ela não tinha nada, ela só tinha as coisas que estavam na bolsa dela, a roupa do corpo, mais nada. O desespero daquela mulher...

V.F. - Demoliram a casa dela com tudo?

S.M. - Porque, ela na verdade, morava de aluguel, aí a casa onde ela morava... A Marisa é uma das moradoras mais antigas da Vila Autódromo, ela é uma das fundadoras, pescadora, ela mora na comunidade na época da construção do autódromo. Só que durante todo esse processo de história de vida dela, ela já teve uma casa na Vila Autódromo, ela perdeu a casa, e no final quando tudo isso começou, ela morava de aluguel, ela se manteve na Vila Autódromo, mas não mais como proprietária. O proprietário da casa onde ela morava, negociou. Aí ela foi morar de caseira em uma dessas casas que foi demolida com tudo dentro. Ela já estava alguns meses morando em uma dessas casas quando a casa foi demolida e ela perdeu tudo.

V.F. - Sem qualquer aviso?

S.M. - Sem qualquer aviso, eles chegaram igual bandido, eles isolaram a comunidade com a tropa de choque, assim com 200 homens fardados e impediam as pessoas de passar, entraram pelo Parque Olímpico, como bandidos, porque é o que apreço, sinto muito dizer, mas entraram de uma forma escondida pelo outro lado para fazer uma ação criminosa, destruir casas com tudo dentro. A Marisa quando chegou, o desespero dela de não ter nada, não ter remédio, não ter documento, não ter exames, não ter roupa, não ter foto, não ter nada, economias dela que ela guardava em casa, perdeu tudo, ela ficou sem nada. Nós tivemos que recolher roupa para Marisa na comunidade. A Penha teve que abrigar ela em casa porque ela não tinha onde dormir. Como você assistir isso com pessoas que você já convive com pessoas ali que você convive há quase 30 anos? Era doloroso demais aquilo. Então num determinado momento eu comecei a orar para Deus e pedir assim, olha, vou fazer um acordo, eu não vou deixar ninguém para trás, vou continuar, porque a gente estava de frente, eu fazia parte daquele grupo de moradores que estavam de frente na resistência, eu sabia que se a gente saísse, eles iam fazer o que quisessem. Porque a gente parava na frente do trator, a gente parava a máquina, a gente fechava a comunidade, a gente ia discutir com a prefeitura, a gente ia para a justiça, a gente produzia texto, a gente produzia faixas, a gente passava de casa em casa, fazia abaixo assinado, porque a resistência é assim, sempre um grupo fica de frente, e existe aquele grupo maior de moradores meio que vão acompanhando e compreendendo o que está acontecendo, é sempre assim. Então, se esse grupo que está de frente desiste, ele sai, eles vão lá e fazem o que querem porque a maioria das pessoas não tem conhecimento dos direitos, enfim.

V.F. - Seu ex-marido também estava nessa resistência ou não? Porque ele é uma das pessoas que ficam também.

S.M. - Ele fica também. Assim, no passado ele já participou muito de frente, já nesse último processo de remoção ele não participava muito. Ele ia em alguns protestos, em alguns atos, mas pouco ele ia para reunião, ele pegava as informações mais comigo, com a d. Dalva, com o irmão dele.

VF. - A d. Dalva sim.

S.M. - A d. Dalva sempre participou de tudo, foi a todas reuniões do Plano Popular, é claro, ela tem as limitações devido à idade. A d. Dalva ia a todas as reuniões, mas com certeza ela não participava de todos os protestos, ela não ficava em barricada, ela tem 83 anos de idade, tem que ter um respeito pela idade.

V.F. - Quem mais? Você pode falar um pouco para a gente quem são essas pessoas que estavam nesse momento na linha de frente? Acho que é legal nomeá-las.

S.M. - É, é um grupo... eu prefiro não fazer porque eu não quero ser injusta, não quero esquecer de ninguém e nem... enfim, eu prefiro... as pessoas que acompanharam o processo, elas sabem quem estava de frete. Era um grupo grande, como eu falei, esse grupo foi modificando em cada momento, eu prefiro não fazer isso.

V.F. - Nesse momento o Pe. Fábio não estava mais?

S.M. - O Pe. Fábio ele estava, se não me engano, no final de 2015 ele vai para o Vaticano. Mas quando a comunidade é espancada ele está lá, ele estava na linha de frente. Eu nem sei, acho que não bateram nele por respeito, por ser padre, porque ele estava de frente com aqueles que apanharam.

V.F. - Nesse momento você já era aluna na graduação de História da UERJ?

S.M. - Eu estava, mas estava fora do curso.

V.F. - Nesse momento que você acaba se afastando?

S.M. - Não, me afastei lá atrás, já tinha me afastado antes, bem antes.

V.F. - Mas ao longo desse processo de luta...

S.M. - Nesse processo, ao longo desse processo de luta eu acabei me afastando. Até porque assim, eu as vezes passava períodos fora do Rio, as dificuldades ali eram muito grandes, as ameaças de remoção. Como eu falei, quando a gente começava a construir a casa, vinha “a comunidade vai sair”, e aí nesse processo, no meu trabalho eu acabava passando períodos fora do Rio. Eu fui para Paraíba, Bahia, Friburgo e eu acabava...

V.F. - Isso a trabalho?

S.M. - A trabalho, envolvida com outras comunidades, então eu acabava me ausentando. Aí pouco a pouco eu abandonei o curso, na verdade. Porque eu passava períodos longos fora, então eu acabei abandonando o curso. Aí com o processo final de resistência nessa remoção maior, eu acabei me aproximando, da mesma forma que eu me afastei da comunidade, o processo de resistência me trouxe de volta. Porque aí eu comecei a desenvolver uma série de trabalhos junto com universidades, com museu, e produção de projetos, de textos, de palestras, de seminários, e aí eu fui sentindo a necessidade de retomar o curso, até mesmo para fazer esse registro histórico dessa luta e tudo mais, quando eu falei, vou voltar, eu preciso concluir isso para dar continuidade, dar uma estrutura maior e melhor para esse trabalho. E aí entrei com processo de reingresso e acabei conseguindo.

V.F. - Eu estou perguntando isso, porque as vezes a gente vê esses processos de resistência, mas muitas vezes a gente perde a noção de quanto todas essas dinâmicas, essas lutas impactam a vida de cada uma dessas pessoas. Afinal de contas, no fim das contas, muitas dessas pessoas têm seus próprios trabalhos, então isso as vezes impacta a maneira como a pessoa vai conseguir uma renda mensal, então acho que é interessante a gente tentar...

S.M. - Era um período muito complicado porque era a construção de casa, você se vê construindo casa, lutando para ficar, passando períodos longos fora...

V.F. - Isso desde os anos 90.

S.M. - Desde os anos 90, é. E ao mesmo tempo tendo que trabalhar para o sustento, tendo que ter tempo para estudar, porque fazer o curso não é só ir a aula, você tem trabalhos para fazer, você tem leituras que você precisa fazer, você tem que frequentar o curso, e aí eu não conseguia administrar isso tudo.

V.F. - E você trabalhava com que?

S.M. - Ao longo desse período eu trabalhei com várias coisas, eu trabalhei com teatro, com artesanato, trabalhos assim informais que me possibilitava inclusive viajar, porque me dava uma certa independência. Eram trabalhos assim mais ligados a arte mesmo, nesse período eu era mais ligada a isso. Depois fui me envolvendo com fitoterapia, aí fiz um curso com a Secretaria Municipal de Saúde de manipulação fitoterápica, aí fiz acupuntura, fui trabalhar mais na área de saúde, parei com o teatro, parei com artesanato, parei com isso tudo e fiquei na área de saúde e depois acabei voltando para História.

V.F. - Eu lembro também da d. Penha falando que ela é diarista ou era diarista, e que nesse processo todo, muitas vezes era difícil ir para o trabalho, nem sempre as pessoas entendiam porque ela faltava, e no final das contas como ela é diarista, autônoma, não tinha o dinheiro, se saísse da casa a casa podia ser demolida. Não sei se foi naquela visita, ela contando, para a gente ter assim...

S.M. - As dificuldades foram muitas, e muitos períodos que... Até porque era uma construção não só da casa, mas do espaço em si. Como eu falei, a comunidade foi construída por nós, pelos moradores, a associação, as ruas, tudo, tudo que tinha ali nunca ninguém fez nada pela comunidade, foram os moradores que foram se organizando e fazendo, e aí ao mesmo tempo nós fazíamos projetos sociais. A comunidade sempre teve muitos projetos sociais voltados para as crianças, teve um projeto social que foi uma parceria com o Jaime Arôxa, projeto de dança, ele formou vários adolescentes como profissionais de dança, tudo através de projetos. Tinha as festas das crianças, era um leque de cem coisas.

C.S. - Sandra, nesse processo de resistência, quando começam as demolições a vida fica muito difícil ali?

S.M. - A vida fica muito difícil.

C.S. - Conta como aconteceu.

S.M. - Início de 2014 até agora, final de 2016, foi o pior período de resistência da Vila Autódromo, o mais intenso. Chegou um momento que eu não consegui mais trabalhar, teve um momento que eu parei totalmente de trabalhar, eu não conseguia; porque nesse período quando começou eu estava trabalhando com acupuntura, aí tinha os pacientes, acupuntura a maioria é tratamento, você tem que ter uma frequência. Aí eu marcava com a pessoa, mas não conseguia ir, porque eu acordava para trabalhar, mas eu acordava a comunidade estava cercada pela guarda municipal, e aí estava uma casa sendo ameaçada de ser demolida, e aí era uma demanda, era poste que estavam retirando, era comercio que estava sendo fechado, enfim, e aí eu acordava cinco e meia da manhã, seis horas da manhã, as pessoas batendo lá em casa, "Sandra..." e aí gente ia para lá, e quando eu via já não tinha ido trabalhar e ligava, pedia desculpa, remarcava, aos poucos eu fui passando as pessoas para outros colegas porque eu realmente eu não podia comprometer o tratamento dessas pessoas por causa da bagunça da minha vida, então eu fui abrindo mão dessas pessoas, passando, fiquei com alguns casos mais simples, que dava mais flexibilidade no tratamento e os tratamentos mais sérios eu passei para outras pessoas, e pouco a pouco eu fui parando, chegou uma hora que eu simplesmente eu só trabalhava ali dentro, porque tinha que passar de casa em casa, tinha que fazer abaixo assinado, tinha que ir para reuniões, palestras, seminários e tinha que divulgar o que estava acontecendo ali, tinha que denunciar, tinha que dar entrevista. Chegou um momento que a imprensa internacional ia lá, tinha que ter gente para receber, tinha dias que eu dava cinco entrevistas, perdi a conta de quantas entrevistas eu dava por dia, era o dia inteiro andando na comunidade e mostrando, e denunciando, e aí

precisava de alguém para fazer esse trabalho e eu fui fazendo, e quando eu vi eu só fazia isso, não fazia mais nada. Eu vendia algumas coisas, enfim. Mas valeu a pena, não me arrependo não, porque foi essa visibilidade que fez com que nós vencêssemos, fez com que o mundo visse... era necessário que o mundo visse o que estava acontecendo ali. Outro dia um amigo foi lá visitar o museu e ele falou uma coisa que eu achei muito legal, me chamou muito atenção, ele falou, você só tem empatia por aquilo que você vê, o que está próximo a você. Você usa um tênis chinês que provavelmente quem produziu foi num sistema escravo, lá na China, mas você não está vendo, então você não se importa, você usa o tênis e não tem uma empatia por aquela pessoa que sofreu no processo, a empatia só vem daquilo que está próximo, o que você vê, que é visível. E ele colocou dessa forma, exatamente assim, eu acho que foi um exemplo muito bom que ele deu. A Vila Autódromo conseguiu isso, dar visibilidade ao que acontecia, e por isso ela conseguiu a empatia da sociedade e o apoio do mundo, e por isso foi muito importante nós conseguirmos. Então era necessário fazer esse trabalho de visibilidade, de abrir mão da própria vida. Em determinado momento eu fiquei bem ausente, meus filhos... eu não conseguia mais... tive que pagar explicador para minha filha mais nova, porque eu não conseguia mais dar apoio no dever de casa, no estudo, coisas que eu sempre fiz e num determinado momento eu precisei terceirizar, porque eu não tinha mais como ver um dever de casa, com filho. Eu saía de manhã e passava o dia inteiro recebendo imprensa e dando entrevista, e indo para cá, indo para lá, brigando, e parando prefeitura, e ficando em barricada, então foi um período bem difícil, bem difícil.

V.F. - Sandra, você falou agora da visibilidade, porque você acha que a Vila Autódromo conseguiu tanta visibilidade e tanto apoio de diversos setores que nem sempre todas as comunidades recebem?

S.M. - Foi um trabalho conquistado ao longo dos anos; essa luta, como eu falei antes, ela foi sendo construída ao longo desses 30 anos por muitas mãos e que pouco a pouco ela foi, de acordo com o momento, ela foi tendo uma visibilidade. Teve pessoas que foram assassinadas dentro desse processo de luta no passado, teve os títulos de concessão real que foram conquistados pela comunidade, que são grandes conquistas dentro do processo de disputa de território na cidade, a lei complementar. A Vila Autódromo sempre teve no cenário de remoção uma atuação de apoio a outras comunidades, teve os megaeventos que foram feitos ali, a própria construção do Autódromo de Jacarepaguá ao lado da comunidade que deu também ao longo dos anos visibilidade, e os eventos que aconteciam ali ao redor, as ameaças de remoção por causa dos megaeventos, e agora, por último, por conta da Olimpíada mesmo que é um evento internacional, que a gente sabe que remove as pessoas em todos os países por onde a Olimpíada passa ela remove as pessoas. Até hoje na história da Olimpíada não havia uma comunidade que tivesse conseguido resistir a esse processo de remoção olímpica, então a Vila Autódromo ela entra para a história como a primeira comunidade que consegue resistir a esse processo, apesar das 700 remoções, com essa resistência o mundo começa a perceber a Vila Autódromo. A própria atuação da prefeitura, as atuações criminosas, as crueldades cometidas ali dentro acaba sendo um tiro no pé da prefeitura, porque se por um lado, por exemplo, no dia 3 de junho, após aquele espancamento, um grupo de moradores intimidados, amedrontados, negociaram e foram embora, por outro lado o mundo falou da Vila Autódromo. Aquela notícia, aquela imagem da Penha como rosto ensanguentado correu o mundo. O mundo inteiro tomou conhecimento de que havia uma comunidade ao lado do Parque Olímpico que estava sendo removida por causa da Olimpíada e acabava de ser espancada cruelmente pela prefeitura. Isso fez com que a imprensa internacional se interessasse, quisesse saber o que estava acontecendo, e quando chegava lá, nós recebíamos a imprensa, nós fazíamos esse trabalho de contar a história, de mostrar o que estava acontecendo, de detalhar isso, e eles gostavam disso e voltavam, e as matérias corriam. E a Vila Autódromo começou, ao longo desses anos, devido a essa parceria, esse trabalho, pouco a pouco ela foi se tornando tema de monografia em várias áreas, em várias universidades no mundo inteiro. E depois com esse processo de remoção, por conta da Olimpíada, mais ainda. Então uma

infinidade de universidades vinha do mundo inteiro, pesquisadores vinham para querer fazer monografia sobre a Vila Autódromo sobre a resistência, sobre a remoção, sobre a disputa de territórios, e nós recebíamos essas pessoas muito bem e fazíamos esse trabalho de levantamento de dados, de fornecer essa documentação, esses relatos históricos. Então isso foi dando visibilidade a Vila Autódromo de uma forma que nem nós esperávamos que fosse tanto, a mídia alternativa, quando a gente via o mundo inteiro falava e conhecia a luta da Vila Autódromo

[intervalo]

V.F. - Sandra, a gente estava falando do processo das remoções, antes da gente seguir de como foi o processo, mesmo dia a dia, a gente lembrou de uma questão, em vários momentos o Eduardo Paes ele ia para a mídia, fazia algumas falas dizendo que na Vila Autódromo, na verdade, viviam um monte de gente rica de maneira ilegal. Acho que pode ser uma oportunidade interessante de você falar um pouco qual era a composição social, quem eram e quem são essas pessoas que estavam e estão na Vila Autódromo?

S.M. - Assim, vocês estiveram lá no museu e as fotos aéreas falam melhor do que as minhas palavras, pelas fotos você as casas que tinham na Vila Autódromo, não eram casas de gente rica. Nós tínhamos casas boas na Vila Autódromo e tínhamos casas humildes. Tínhamos casas boas como a casa da Maria da Penha, por exemplo, mas é uma casa que ela levou 25 anos construindo, nós tínhamos casas que a pessoa levou 30 anos construindo. Então, trabalhador, ele tem direito de morar bem, só que ele passa 30 anos construindo isso. Aí depois num determinado momento a prefeitura chega lá e fala: “não, uma casa com num muro desse, com piscina, casa de rico”. O cara está há 30 anos construindo aquilo ali. Então, algumas casas tinham piscina, piscina pequena, de quintal, não é piscina... tinham casas grandes, sim. As casas que iam ali na rua do Ultraleve, ali tinham casas grandes e pessoas, sim, de dinheiro, tinha inclusive...

V.F. - Ali quase na beira?

S.M. - Ali na beira que dá de frente para o Parque Olímpico, na beira da lagoa, mas indo na direção do Ultraleve, ali tinham casas maiores e pessoas de uma condição econômica boa, mas eram poucas essas casas. Essas casas não são... A grande comunidade mesmo é aquele corpo maior no meio e que eram casas humildes, não eram casas enormes, nem mansões.

V.F. - E essas pessoas que moravam na beira, que eram casas melhores, como você está dizendo, elas negociaram com a prefeitura ou elas no início também resistiram?

S.M. - Algumas negociaram, algumas resistiram. Essas casas foram todas colocadas no decreto também, então muitas negociaram porque se sentiram ameaçadas, pressionadas a isso, as maiores indenizações foram as dessas casas.

V.F. - Você tem ideia dos valores?

S.M. - Um milhão, mais de um milhão, foi por aí.

V.F. - E essas pessoas tinham algum diálogo com a Associação de Moradores da Vila Autódromo?

S.M. - Algumas, sim, outras, não. Tinham pessoas ali que atuavam. Ali naquela área a gente tinha, a Inalva mesmo morava nessa área, tinha a d. Heloísa, que é o terreno lá de Nanã, que no final acabou também se envolvendo com a luta; tinham pessoas que moravam para lá que não, não participavam de nada, mas tinham pessoas que sim, como a Inalva que lutou muito pela comunidade e morava ali naquela área. Mas a Inalva não era rica, ela era uma professora aposentada que veio construindo a casa dela ao longo de 30 anos. Era uma casa boa? Era uma casa boa, mas é uma casa de trabalhador, que trabalhou para isso, deixou de viajar, de fazer um monte de outras coisas com as suas economias para poder ter uma casa boa.

V.F. - Você mesma mencionou no início da entrevista que no início da negociação as pessoas que foram convidadas para ir para o Rio Centro conversar, ouvir o projeto do Parque Carioca eram justamente as pessoas mais humildes.

S.M. - Não eram essas pessoas, eram as mais humildes que moravam também na beira da lagoa, mas do outro lado, em outra parte, mais próximo do rio, daquela ponte.

V.F. - Isso dá para entender para a gente, até por tudo que a gente leu, que a gente pesquisou, na verdade tinham pessoas de grupos sociais muito diversos ali, com condições muito diversas e etc., e tal. Era uma comunidade bem plural.

S.M. - Era. Ali nós tínhamos todo tipo de profissional ali dentro. Mas a grande maioria eram trabalhadores, essas casas maiores eram poucas, era uma rua que tinha essas casas maiores, o restante que tinham casas melhores, mas eram casas construídas com muito sacrifício.

V.F. - E mesmo dentro das casas dos trabalhadores tinham pessoas vivendo de maneira mais precária...

S.M. - E tinham casas muito precárias, muito precárias, muito humildes.

V.F. - Pessoas que talvez estivessem lá há pouco tempo.

S.M. - Há pouco tempo e até muito tempo também, mas que com uma situação econômica bem ruim, bem precária. Então tinha de tudo, todos os tipos de pessoas, tinham pessoas que ganhavam mais, pessoas que ganhavam menos, mas... Por isso que as indenizações elas variaram. Ele não usou o mesmo valor de indenização para as pessoas. As primeiras pessoas, algumas negociaram casa de laje, casa boa por um apartamento, achando que tinha que sair, que era necessário, trocou uma casa com quintal, uma casa boa, que a pessoa construiu com muito sacrifício, durante muitos anos, por um apartamento.

V.F. - Um apartamento que você diz é o financiamento, na verdade?

S.M. - É, apartamento Minha Casa Minha Vida. Esses apartamentos, a pessoa assinava o contrato, o contrato não fala que a prefeitura vai pagar, a prefeitura diz que vai pagar, alguns moradores depois de alguns meses começaram a receber ordem de despejo por falta de pagamento. Aí procurava a prefeitura, desesperado, aí a prefeitura: “pode ficar tranquilo, pode rasgar isso aí que eu vou...”, aí ia lá na Caixa Econômica e acertava a dívida, pagava três, quatro meses atrasados. Mas até quando? Porque se é uma troca de chaves, esse apartamento tinha que ser entregue quitado. E dinheiro para isso a prefeitura tinha, as indenizações mostram isso. Se tinha dinheiro para indenizar. Porque as indenizações depois subiram muito, elas foram subindo na medida que as pessoas resistiam, as indenizações subiam. Então esses apartamentos podiam ter sido entregues quitados, havia dinheiro para isso. E no final, além de subir as indenizações, houve também aumento no número de apartamentos. Eles começaram a oferecer vários apartamentos para uma única família, três, quatro, cinco apartamentos. Só que esses apartamentos eram todos entregues só chave, sem nenhum contrato. Nenhum contrato que no início era assinado, no final essas pessoas... tem muita gente que está lá, esses ex-moradores que até hoje não tem um documento desse apartamento, recebeu só a chave “o documento não ficou pronto, vai vir depois”, a prefeitura já mudou a gestão e a pessoa ficou sem documento. Muita gente está entrando na justiça para poder pedir, exigindo essa documentação que até hoje não veio. Isso é uma interrogação que ficou e que eu acho que a história que vai contar no futuro, vai mostrar o que vai acontecer com essas pessoas que é uma interrogação muito grande. 114.44

V.F. - Alguma delas já foi procurar você, mais alguém que ficou na Vila Autódromo, arrependido?

S.M. - Muitos, muitos vão lá, visitam a gente. Muitos falam que estão arrependidos, que queriam voltar, que se eles soubessem que nós íamos conseguir que era possível que eles teriam ficado, que eles saíram porque não acreditavam. Achavam que não iam ficar mesmo, acreditavam na prefeitura, que ia sair todo mundo, e acabaram desistindo, mas se arrependem, porque trocaram casas por apartamentos. Nós tivemos ali muita gente que morreu após a remoção, idosos que morreram de depressão. Tem um caso de uma moradora que era uma idosa, ela não tinha as duas pernas, era na cadeira de rodas, e ela foi removida, ela foi levada para um apartamento no quarto andar, esses apartamentos não tem elevador, ela poucos meses depois morreu em estado de depressão. Ele acabou com a vida dessa moça; ela tinha as duas pernas ao

longo da história dela na comunidade, ela tinha diabetes e aí ela teve as duas pernas amputadas. Ela morava numa casa muito humilde, mas que era de frente para a rua. Então, ela de manhã na cadeirinha de rodas, qualquer um que ela pedisse, levava ela, botava ela lá na ponte, perto das mesinhas e ali ela passava o dia, muitas árvores, na sombra, tinha mesinha onde as pessoas se reuniam, ficavam jogando, conversando, as crianças brincando, ela tinha uma vida social de interação ali com a comunidade. Ela foi levada para um apartamento no quarto andar, a vida dela acabou. Nós tivemos pescadores que se tornaram alcoólatras, que morreram também após a remoção. A remoção destruiu a vida de muita gente. Então, claro, muita gente se arrepende, muita gente se arrepende de não ter resistido, não ter lutado ou de ter desistido em algum momento. Porque é um processo muito cruel, é muito cruel. Como eu falei, eu mesma tive momentos que parei e pensei, será que eu estou fazendo a coisa certa? Com todo meu entendimento da luta, dos direitos, da história, com todo esse entendimento, com toda essa compreensão minha, eu tive momentos de sentir medo, de fraquejar, de pensar em desistir. Imagina para as pessoas... cada um tem seu processo. Uma pessoa que não esteja tão inteirada, tão dentro da luta, ela desiste, ela vê comércio sendo fechado, casas sendo demolida com tudo dentro, pessoas espancadas, pessoas sendo desapropriadas por decreto, fio sendo arreventado. Quando eles demoliam uma casa, isso era feito de uma forma totalmente ilegal, não cumpriam nenhuma exigência das normas de segurança básica para uma demolição.

V.F. - Pode contar um pouco mais sobre isso?

S.M. - Então, eles não isolavam a área, porque uma demolição requer que você isole a área de segurança, o fornecimento de luz e água interrompido, que tenha a presença de um engenheiro responsável para se responsabilizar para que tudo aconteça com segurança, que sejam colocadas telas de proteção para que não caia pedaços de escombros para a casa ao lado, não coloque em risco a vida nem o patrimônio das pessoas, que tenha carro pipa para molhar para que não haja muita poeira, nada disso era feito. Vinha o operador da máquina com o trator e derrubava. Então caía pedaço de escombros para a casa ao lado, quebrava telhado, quebrava coisas, televisão, enfim, caía pedaço de escombros no corredor, a pessoa ficava apavorada, com medo, a poeira que se espalhava era uma coisa assim enlouquecedora, tudo ficava branco. Aquilo gerava problema respiratório, as pessoas passavam mal, precisavam de tratamento, crianças, idosos, todo mundo. Os fios eram arreventados e ficavam chicoteando energizados, ficavam dias e dias aquele fio arreventado, botando a vida de uma criança, de uma pessoa, no chão, chovia e misturava com a água, o cano era arreventado. Aí a gente ficava sem luz, sem água; tinha dias que a gente tinha que sair para descobrir qual era o cano, porque eram várias demolições em um dia, vários canos quebrados, as vezes cinco vezes por dia você sair para procurar o cano quebrado e consertar, fazer o reparo, porque eles não faziam. Eles retiraram os postes das ruas, deixando várias ruas escuras. Teve um momento que parecia um pós-guerra. Teve até uma postagem que o Luis fez, que ele coloca fotos da Vila Autódromo misturada com fotos do Irã, do Iraque, da Síria, em processo de guerra, e ele faz uma brincadeira, a pessoa descobrir qual é a Vila Autódromo; é muito igual o cenário, parecia um pós-guerra. As casas que ele não podia demolir... Porque, por exemplo, o morador de cima negociava, o debaixo não ou o contrário, então não podia derrubar a casa. Ele ia lá e esburacava a casa toda, então nós tínhamos terrenos com escombros, abandonados por meses e meses, casas esburacadas, ruas escuras, parecia um pós-guerra. E sem contar os animais, as pessoas iam para os apartamentos e a prefeitura dizia que não podia levar os animais, então os animais iam sendo abandonados. As ruas eram muitos cachorros, gatos abandonados, com fome, uma situação assim... E tudo isso a gente tinha que organizar, providenciar comida para bicho, adoção, castração, porque eles não paravam de procriar, toda hora uma ninhada nova. Era uma loucura. Cada um tinha seu momento de desistir, as pessoas chegavam ao seu limite, falavam “para mim chega” e aí ia embora. Aí você soma isso o suborno, porque a Olimpíada gerou um investimento financeiro naquela região, nunca antes houve na história do Rio de Janeiro um investimento financeiro tão

alto num processo de remoção. As indenizações na Vila Autódromo superaram qualquer outra na nossa história. Então as pessoas tinham uma vida ali em condições sub-humana, por um lado, por outro lado uma indenização que aparentemente dava para ela refazer a vida. Oferta de apartamentos, esses apartamentos vieram só as chaves, sem documento, mas pessoas achavam “ah, vou pegar vários apartamentos”. Eu acho um absurdo, se eu te dou cinco chaves de apartamento, para mim não te dei nada, chave, amanhã ou depois será que a Caixa... não vai esse apartamento ser financiado para outra pessoa de uma forma legal, e você ficar como invasora, porque você só tem a chave, não tem o documento, então essas pessoas precisam dessa documentação. Eu não sei como isso vai ser feito, se é que vai, porque já mudou a gestão, agora eu não sei como isso vai ser resolvido.

V.F. - Para eles demolirem, eles tinham que ter uma ação judicial, imagino, por mais que algumas casas tivessem aí negociadas, e teve determinado momento que houve uma batalha de liminares entre defensoria pública e prefeitura, não é?

S.M. - Então, só precisa dessa emissão de posse e o mandato para derrubar, as casas que estavam no decreto, eram por desapropriação, essa emissão de posse era dada por desapropriação, por causa desse decreto. Então essas casas, sim, precisam de uma autorização da justiça. As casas que eram negociadas, não. Houve vários momentos. Logo no início quando as primeiras casas foram negociadas, trocadas por apartamento...

V.F. - Isso 2013, 2014?

S.M. - No início de 2014 quando ele fez os primeiros acordos, saiu ao mesmo tempo uma liminar que dizia que como aquilo ali é uma Área de Especial Interesse Social, as casas que estivessem dentro da Área de Especial Interesse Social, mesmo que ele negociasse, ele só poderia demolir se todas as casas fossem negociadas, senão ele não poderia demolir. Isso gerou um tumulto imenso, porque aí a prefeitura reuniu um grupo de moradores, os moradores que já haviam negociado, que a chave do apartamento já tinha saído, foi lá, levou um ônibus, pegou essas pessoas para frente da prefeitura, a prefeitura produziu faixas, colocou faixas, organizou abaixo-assinado para esses moradores assinarem dizendo que eles queriam sair, mas que a justiça com essa liminar estava impedindo, que alguns moradores estavam atrapalhando, enfim, eles organizaram esse movimento dizendo que os moradores queriam sair. E aí quando esses moradores voltaram da prefeitura... alguns funcionários vieram falando que nós é que estávamos atrapalhando eles pegarem a chave, porque não podia demolir, então a prefeitura não ia mais negociar e tal. Isso deu uma confusão imensa, essas pessoas chegaram transtornadas lá, dizendo que iam até matar o presidente da Associação de Moradores, que queriam linchar ele porque estava atrapalhando. Essa liminar caiu e essas pessoas puderam negociar e as casas puderam ser derrubadas. Aí passou a poder derrubar a casa. A prefeitura negociava, quando ela negociava com o morador, o morador assinava um documento abrindo mão da sua concessão real de uso, e aí a prefeitura podia demolir essa casa. Apenas as casas que as pessoas eram removidas por emissão de posse, por decreto, é que eles precisavam de uma ordem judicial para demolir. O restante não, tudo passava por um... Havia muita pressão psicológica, ameaça, mas no final de tudo essa pessoa acabava negociando com a prefeitura, então o que fica judicialmente, vamos dizer assim, a nível de documento, é que essa pessoa negociou o seu patrimônio, ela não foi removida, ela negociou. Por isso ele ia para a televisão e falava: “a Vila Autódromo não está sendo removida, os moradores estão negociando, procurando a prefeitura e pedindo para negociar, para sair, eles não querem ficar”. Mas ele não contava na televisão, nos depoimentos dele, tudo que ele estava fazendo ali dentro para pressionar essa pessoa a negociar o seu imóvel.

V.F. - Você até contou para a gente, a gente viu algumas matérias sobre isso, alguns moradores que eles mesmos iam lá marretar, ajudar, como foi isso?

S.M. - Mais à frente ainda, houve uma outra determinação judicial que dizia, novamente, que a prefeitura não podia demolir as casas que estavam dentro da Área de Especial Interesse Social, por que? Novamente saiu essa liminar. Porque a prefeitura estava derrubando, deixando os

escombros com tudo aquilo que eu já falei, a vida das pessoas que queriam permanecer estava se tornando sub-humana, todo tipo de violação de direitos humanos estava sendo cometido lá dentro. Então a justiça determinou que não poderia ser demolida essas casas na Área de Especial Interesse Social. Daí teve um imóvel que aconteceu isso, que foi uma igreja protestante, que o dono do imóvel negociou com a prefeitura, pegou a indenização, o apartamento, enfim, fez o acordo dele, só que a prefeitura impôs a esse morador que ele demolisse. O que acontece? Apesar dessa determinação judicial ela continuou indo lá e demolindo, não respeitando. Daí nós começamos a impedir isso. Quando eles foram lá para demolir essa igreja, o trator chegou, nós paramos a máquina e dissemos que eles não iam demolir, chamamos a polícia, veio a defensoria pública, fez o boletim de ocorrência e aí a prefeitura não pode demolir. Aí a prefeitura entrou em contato com o proprietário do imóvel e exigiu que ele quebrasse a construção. Aí ele pagou um grupo de moradores e ex-moradores para quebrar na marreta esse imóvel. Aí a defensoria colocou para nós que nós poderíamos parar essa demolição, nós poderíamos ter impedido também, se nós impedimos o trator, podíamos ter impedido a marreta, mas seria necessário que nós chamássemos a polícia novamente e fizéssemos a ocorrência, só que aí autuando esses moradores. E aí nós optamos por não fazer isso, porque nós não queríamos autuar um morador, então nós preferimos assistir eles quebrarem essa construção na marreta. Esse espaço depois de tornou um espaço de resistência, porque como era uma igreja tinha um palco de concreto muito grande; eles quebraram na marreta, mas era um espaço muito grande, eles não conseguiram quebrar tudo, eles quebraram parte da construção, o palco permaneceu. Aí nós fizemos um evento, I Ocupa Vila Autódromo, que era um evento cultural, festival cultural, aconteceu nesse espaço. Logo após esse evento a prefeitura foi lá e quebrou o palco, e aí nós limpamos tudo, fizemos uma revitalização do espaço, junto com os estudantes de arquitetura de Anhanguera, eles foram lá e fizeram toda revitalização do espaço com a gente, e nós fizemos outro festival cultural, o II Ocupa Vila Autódromo, e aí a prefeitura foi lá e quebrou mais um pouco. Cada evento que a gente fazia, eles iam lá e quebravam mais um pouco e acabou se tornando um marco esse espaço, foi um grande espaço de resistência que acabou se tornando uma das esculturas do Museu das Remoções, que é o Ocupa Vila Autódromo.

V.F. - E tem uma questão que aparece quando a gente pesquisa, a gente teve notícias de que nessa reunião de 2009, 2013, voltando um pouco, que o prefeito anuncia, que ele volta a falar do Parque Carioca, porque já tinha falado anteriormente, não é isso?

S.M. - Ele falou nessa reunião.

V.F. - Que teria havido uma fala do defensor geral do estado do Rio de Janeiro defendendo a posição da prefeitura. Isso aconteceu?

S.M. - É, é, foi. Foi o coordenador geral do Nuth, do Núcleo de Terra da defensoria pública, ele fez uma fala que favorecia a prefeitura. Ele se posicionou muito mal, isso gerou um problema interno dentro da defensoria pública porque os defensores que já nos acompanhavam há muitos anos, não aceitaram aquela posição, eles se colocaram, esse coordenador acabou saindo da defensoria pública. E a defensoria pública conseguiu afastá-lo, ele acabou saindo.

V.F. - isso gerou algum impacto nos moradores?

S.M. - Isso gerou, isso fez com que muitos moradores negociassem, nesse momento ele prejudicou muito, essa posição dele prejudicou muito a luta porque era defensor público falando, então muita gente negociou por causa disso. E os defensores demoraram muito para conseguir reverter isso.

V.F. - Sandra, não sei se estou me adiantando, mas desse processo todo de demolição, remoção, assédio, negociação, conforme você está contando para a gente, no fim das contas existe aí 20 famílias, das quais você faz parte, você e sua família, que não saíram. Você pode contar um pouco mais como foi esse processo de resistência e também em alguma medida de negociação que no fim das contas acabou resultando na remoção não completa.

S.M. - É. Essas 20 famílias eram as famílias que no final estavam na linha de frente da resistência, e dentro desse processo de resistência a tua consciência vai ampliando muito. Então quando chega no final você começa a ter uma compreensão do valor real das coisas muito diferente. O capitalismo ele... eu acabo concluindo, é uma conclusão minha, que a única forma de você vencer o capital é você não dando a ele o valor que é dado no mundo atual. Quando o dinheiro perde o valor para você, quando você percebe o valor real das coisas da vida, de uma forma diferente, quando os valores morais, de direito ele ganha um valor real diferenciado do monetário, aí você consegue vencer o capitalismo. Porque o capital é muito cruel, é a pior, a maior de todas as armas é essa. E foi a que conseguiu no final das contas remover as 700 famílias foi esse investimento financeiro. Porque as pessoas que eles não conseguiram remover por decreto, pressão psicológica, ameaça, espancamento, enfim, todo tipo de barbaridade, eles acabaram conseguindo subornar, vamos dizer assim, com ofertas maiores de dinheiro, com ofertas maiores de apartamentos, então é a maior e mais difícil das armas de você lutar é contra essa, o capital. Essas 20 famílias foram aquelas que não aceitaram nenhum tipo de indenização, de acordo, com o município. Não aceitaram o dinheiro, não aceitaram os apartamentos, que conseguiram dizer não ao capital, então foram as 20 famílias que conseguiram permanecer.

V.F. - E a prefeitura tentou mesmo assim desapropriar, mesmo com a falta de negociação e vocês ajuizaram isso, foi na justiça decidido?

S.M. - Não. Dessas 20 famílias que ficaram a que teve a casa desapropriada foi a Maria da Penha porque ela estava no decreto, as outras estavam dentro da Área de Especial Interesse Social, na área que o prefeito chamava de miolo, “o miolo não vai sair, não precisa sair”, mas ele falava isso para o mundo, mas lá dentro dizia que ia sair todo mundo. Então essas 20 famílias estavam justamente nessa área onde não tinha decreto, onde estavam protegidas pela lei complementar nº74, então, para elas saírem, elas teriam que negociar, ele teria que conseguir com todas essas pressões, ameaças e ofertas, suborno, conseguir comprar o direito dessas famílias e ele não conseguiu. Ele conseguiu de muitos, mas essas 20 famílias conseguiram dizer não ao capital, conseguiram não aceitar essa negociação. Compreenderam, porque dentro do processo de remoção e de resistência a consciência vai ampliando muito. Chega um momento que você percebe que você não está brigando mais só pela tua casa, no final eu tinha a plena convicção, e aí eu já não tinha mais as dúvidas, mesmo com todo aquele medo, eu já tinha mais aquela insegurança em negociar ou não negociar, porque eu já tinha aquela plena convicção e consciência de que eu não estava mais lutando só pela minha casa, era muito mais que estava em jogo. Nós estávamos diante de uma luta de classe, nós estávamos diante da necessidade de manter aquela resistência organizada para manter aquele território, manter uma Área de Especial Interesse Social no Rio de Janeiro, dentro de uma área valorizada da cidade. Se as 20 famílias saíssem, acabava aquela Área de Especial Interesse Social, aquela área poderia ser privatizada, poderia ser construído condomínios de luxo e os trabalhadores, mais uma vez na história do Rio de Janeiro, teriam saído, sido expulsos da área urbanizada da cidade, para ocupar, morar numa área abandonada da cidade, que parece ser as áreas destinadas aos trabalhadores. As áreas onde tem urbanização, saneamento, moradia com dignidade, infraestrutura de transporte, de educação, de saúde, o trabalhador é expulso, ele é excluído dessas áreas, ele não tem o direito a permanecer ali. Então essas 20 famílias representam isso, elas representam o direito do trabalhador a permanecer, a manter uma área de moradia popular na cidade. Essas 20 famílias elas representam todas aquelas famílias que passam por processos de remoção no mundo inteiro por conta de Jogos Olímpicos, por conta de Jogos Olímpicos que são utilizados para atender aos interesses da especulação imobiliária. Porque atualmente o que a Olimpíada faz é isso, a Olimpíada é um grande instrumento do capitalismo que atende aos interesses da especulação imobiliária no mundo inteiro. Os países por onde ela passa, ela escolhe, eles escolhem áreas estratégicas da cidade, onde eles pretendem valorizar o território, e aí ali eles constroem. O investimento financeiro que se fala de construção para a cidade que decidir o evento da

Olimpíada nada mais é do que um investimento privado de capital, de construção daquele local. Mas aquela construção é feita após a remoção da população pobre acontecer. Então é um movimento de apropriação de território pelo capitalismo, por aquelas pessoas que detêm o capital do mundo. Então nós estamos diante de uma luta de classe, de uma disputa de território, como diz a Raquel Rolnik, que vai muito além da minha casa. Por isso essas 20 famílias compreendendo isso, elas percebem a necessidade de dizer não ao capital. Por isso nós escrevíamos nas nossas paredes, “nem todos têm preço”. Porque nós compreendemos que aquele dinheiro não pagava mais a nossa dignidade. Aquele dinheiro que ele nos oferecia, não pagava mais o sangue que havia sido derramado naquela terra, ao sofrimento daquelas pessoas que nós vimos perder tudo. Ele não pagava a dignidade, o direito dos trabalhadores, os nossos vizinhos, do nosso povo. Se a gente abrisse mão daquele território, se nós vendêssemos os nossos direitos para ele, nós estaríamos contribuindo para a história da nossa cidade continuar negando o direito, o direito a cidade ao trabalhador.

V.F. - Você falou que a d. Penha estava na casa dela na área do decreto e ela acabou sendo uma das 20 famílias que hoje estão lá. Como foi esse processo dela estar na área do decreto, porque você estava na área do especial interesse, e ela não. Como ela conseguiu se manter ali?

S.M. - Então, com muita luta, muita resistência, com sangue, suor e lágrima. Assim, isso literalmente, porque ela foi espancada, teve o nariz quebrado, e a casa dela foi demolida por emissão de posse, por mandato. Nós fizemos uma ocupação na casa dela por quase três semanas, que foi uma das mobilizações mais bonitas que aconteceu no processo de resistência da Vila Autódromo, mais emocionante, foi a ocupação da casa da Maria da Penha, porque veio gente do mundo inteiro para participar dessa ocupação. Todos os dias chegavam pessoas de todos os cantos da cidade e do mundo para... foi mandado para lá, naquele período, para a Vila Autódromo, a tocha da resistência, que já correu outros países, e eles mandaram para cá para apoiar a resistência da Vila Autódromo naquele momento. E ali a prefeitura conseguia a emissão de posse, a defensoria conseguia a suspensão, aí a prefeitura conseguia uma nova liminar e a defensoria conseguia suspensão. Até que chegou um momento que saiu o mandato e a casa foi ao chão. A casa foi derrubada, as coisas e os móveis da Maria da Penha foram colocados dentro da igreja, ela foi acolhida por um morador na casa de uma família, e ficou sem casa, ficou desse jeito, com as coisas na igreja, ela dormindo na casa desses moradores, e ela falou que não ia sair, a casa dela tinha sido derrubada, mas ela não ia sair. Quando a pessoa sai por emissão de posse, então ela recebe uma indenização, mas essa indenização é depositada em juízo, aí você tem que entrar no processo para ter acesso ao dinheiro, e a Penha falou que não ia pegar esse dinheiro, que ela não queria esse dinheiro, que ela ia continuar lutando. Derrubar a casa da Maria da Penha, para mim, foi mais um tiro no pé do prefeito, porque ele derruba a casa dela no dia 8 de março de 2016, de manhã, no mesmo dia, era no Dia Internacional da Mulher, a Maria da Penha estava recebendo uma homenagem naquele dia, na Alerj, ela estava sendo homenageada como mulher cidadã, lutadora da cidade, e ele, acho que ele não sabia disso, não sei. Eu sei que ele derruba a casa dela de manhã e à tarde ela recebia essa homenagem na Alerj, então isso repercutiu muito, as pessoas começaram... Nesse mesmo dia estava sendo feita a gravação de um filme lá na casa dela, que o Mormaço, que vai ser lançado agora em 2017, então tinha ônibus de gravação nesse dia, muitas câmeras, tudo muito filmado, muita gente, a casa ocupada, eles chegaram lá de manhã e derrubaram diante do mundo isso, e ao mesmo tempo começou a correr na imprensa, na internet, que a Penha a tarde ia ser homenageada e a casa dela estava sendo demolida de manhã. Aí ele anuncia, chama uma coletiva para a imprensa, dizendo que ele ia anunciar a tarde a urbanização da Vila Autódromo. Ele apresenta para a imprensa, nessa coletiva, um projeto de urbanização, que a impressão que a gente teve quando olhou aquilo, que aquilo era um croqui, não era um projeto. Aquilo era algo que eles desenharam rapidamente para poder justificar aquilo tudo, abafar aquele buraco que ele gerou, naquele momento. Isso repercutiu mais ainda, porque a imprensa começou toda, a imprensa internacional começou a

questionar, se ia apresentar um projeto de urbanização, por que demoliu a casa da mulher de manhã? Por que não apresentou isso... Aí ele chama a Penha, a família da Penha e tenta fazer uma negociação com ela, apresenta um documento que ela disse que não ia assinar, que ela disse que ia levar para a defensoria ver, quando ela leva para a defensoria... Ele diz que ela fazendo aquele acordo, ela teria direito a permanecer na comunidade, mas a defensoria quando lê o acordo que ele propôs, fala: “não, aqui você está abrindo mão da tua concessão real de uso de todos os seus direitos, está te enganando”. Felizmente ela não assinou, eles não assinaram, aí a Maria da Penha coloca que não, que não ia fazer nenhum acordo, que o acordo que nós queríamos fazer naquele momento era um acordo coletivo, que nós não queríamos mais fazer acordo individual, e aí ele fala que então... Aí já estava muito próximo da Olimpíada, ele já estava muito pressionado pelo tempo, daí ele fala para a imprensa que vai fazer a urbanização da Vila Autódromo, que vai fazer as casas para essas famílias que não querem sair, que elas vão poder ficar. Só que nós não fomos convidados para essa coletiva, tentamos entrar, fomos impedidos, daí a gente faz um abaixo-assinado, todas essas pessoas assinam, nós levamos esse abaixo-assinado até a prefeitura, protocolamos e pedimos que ele faça uma reunião com a gente e apresente esse projeto, porque nós éramos os maiores interessados, queríamos ver e discutir o projeto dele. Um tempo depois ele marca a reunião, aceita fazer essa reunião com os moradores.

V.F. - Ele próprio fez a reunião?

S.M. - Ele próprio. Ele marca a reunião com a gente, mas ele faz uma filtragem, vamos dizer assim, nesse abaixo-assinado e ali ele marca o nome de alguns moradores que ele disse que já tinham feito negociação, e esses moradores ele diz que não poderiam participar do acordo. Só faria acordo com as pessoas que não fizeram nenhum tipo de acordo. E a Penha para participar desse acordo teria que abrir mão da indenização a qual ela tinha direito por conta da demolição da casa dela. E aí ela abre mão, ela assina um documento abrindo mão da indenização pelo direito a participar do acordo. Essas outras pessoas, algumas não puderam porque já tinham negociado, já tinham pego indenização ou apartamento, e algumas famílias, tinham cinco famílias que estavam no decreto de desapropriação, e ele coloca que essas famílias poderiam participar do acordo se abrissem mão da indenização como fez a Penha. Aí essas famílias preferem dar continuidade no processo e discutir na justiça. Essas famílias não estavam com a defensoria pública, elas tinham advogado particular, e aí preferiram não participar do acordo, não quiseram abrir mão, preferiram continuar discutindo isso em juízo, e assim fizeram. Esse acordo que nós... Aí nós vamos para essa reunião, e a gente discute esse projeto junto com ele, conseguimos algumas alterações, aumentamos o tamanho da casa, o tamanho do lote. A casa no projeto dele eram casas geminadas e nós conseguimos que ele separasse as casas, fizesse no meio do terreno.

V.F. - As casas eram menores?

S.M. - Aumentou um pouco o tamanho da casa, são dois quartos, sala, cozinha, banheiro e uma área de serviço que é acoplada com a cozinha.

V.F. - E antes era o que, um quarto?

S.M. - Dois quartos, mas eram menores, nós aumentamos o tamanho da casa, o tamanho do lote, botamos a casa no meio do terreno, incluímos no acordo a construção dos espaços de convivência, que era Associação de Moradores, Centro Cultural, a área de lazer das crianças que era o parquinho, que ele destruiu, a quadra, uma quadra poliesportiva e a documentação também da casa, que no acordo ele já teria que ter dado dois meses após a entrega das casas seria entregue a documentação das casas, e até hoje não foi entregue. Desse acordo, ele só cumpriu a primeira fase. Que foi a construção das casas e a urbanização da rua. Conseguimos mudar também o nome da rua, porque uma vez que a comunidade ficou reduzida a uma rua, então nós pedimos que o nome da rua passasse a ser rua Vila Autódromo. Foi uma forma da gente preservar a história da comunidade e o nome da comunidade nos mapas da cidade, senão com o tempo ia se perder, uma rua só, então pedimos que a rua passasse a se chamar rua Vila

Autódromo Ele fez o decreto, mudou o nome da rua, construiu as casas, urbanizou a rua, e a rua que dá acesso a igreja e só. O restante ele disse que não dava tempo de fazer antes da Olimpíada, então seria feito após a Olimpíada, só que depois da Olimpíada o mandato dele já estava terminando, e aí ele fez aquele corpo mole, foi empurrando e aí largou para o novo prefeito. Agora, essa semana nós fizemos um ofício e protocolamos lá na prefeitura, no qual estamos pedindo uma reunião com o atual prefeito, a assessora dele nos recebeu, está na nossa página isso, nós divulgamos, e prometeu agendar uma reunião para março, após o carnaval. Esperamos que esse diálogo seja bom, e que o novo prefeito cumpra aquilo que foi um compromisso da prefeitura. É um acordo extrajudicial que prevê multa com o não cumprimento, enfim, prevê prazo de realização. Mas enfim, a gente espera conseguir realizar isso tudo de uma forma extrajudicial, através de acordo, de uma forma mais política, que não chegue a ter que cobrar isso de uma forma jurídica.

V.F. - Enquanto as casas estavam sendo construídas, vocês ficaram morando em containers?

S.M. - Não, todas as famílias não. Eu permaneci na minha casa, apenas as famílias que estavam na área onde iam ser construídas as casas, eram nove famílias, elas precisaram sair porque eles precisaram fazer a obra. Ele queria, a proposta dele na reunião, era que todos saíssem e fossem para os apartamentos, provisoriamente, enquanto a obra era feita. Após a obra pronta, nós voltaríamos. Só que nós não aceitamos, nessa altura nós não confiávamos nem um pouco nele, e nós tínhamos certeza que se nós saíssemos, não íamos voltar nunca mais. Da mesma forma que ele não cumpriu o restante das obras, ele não ia cumprir, ia falar que não deu tempo, enfim, e a gente não ia voltar nunca mais, então nós não aceitamos, dissemos que ele colocasse esses containers para as famílias morarem provisoriamente naquele mesmo local, e depois que nós passássemos para as casas, ele derrubava e fazia o restante da obra.

V.F. - Depois que a sua casa ficou pronta, a casa foi demolida?

S.M. - É, as outras casas foram todas demolidas, porém, não foram todas... Uma construção...

V.F. - Foi aquela que a gente viu, ainda está lá.

S.M. - É, ainda está lá porque o morador entrou com processo e esse processo ainda está com pendências, não chegou a uma conclusão, então ele não pode derrubar aquela casa, e por conta disso, ele não pode trabalhar aquela área, aquele outro lado, acabou abandonando aquele pedaço. Ele fez a Olimpíada mesmo só trabalhando aquela área onde estão as casas, enfim, ficou.

V.F. - Sandra, a gente conversou aqui hoje sobre vários processos, várias tentativas de remoção da comunidade, falamos das Olimpíadas. Você acha, na sua leitura, que se não tivesse as Olimpíadas, essa história... eu sei que é um processo de achismo, mas assim, você acha que as Olimpíadas impactaram de alguma maneira dinâmica como foi feita?

S.M. - Na minha opinião, com certeza. Eu acho que o que aconteceu ali na Vila Autódromo, essas 700 remoções só foram possíveis devido ao capital, como eu disse, o capital privado que foi feito, investimento financeiro que foi feito naquela região, através do PPP, que foi o Pacto Público Privado, houve um investimento do capital privado muito alto, e foi o que possibilitou. Porque através desse investimento, eles conseguiram pagar, subornar, enfim, e fazer todo esse processo de remoção.

V.F. - E ali do lado, a gente viu quando fomos lá no dia 29 de novembro do ano passado, 2016, a gente viu terrenos baldios ainda com restos de entulho, a gente viu calçamento já em processo de degradação e a gente viu também do lado um estacionamento. Ali onde é o estacionamento hoje, antes era parte da comunidade?

S.M. - A casa da Maria da Penha era ali, onde é aquele estacionamento. Ali haviam casas de pessoas que não queriam sair, e que foram removidas com um decreto que justificava construção de vias públicas, vias de acesso ao Parque Olímpico, e no final não foi o que aconteceu. Aquela área virou um estacionamento, um hotel privado de uma rede internacional, uma parte daquele hotel está onde era a comunidade da Vila Autódromo, pega onde era a área do parquinho das crianças, a mesa de ping-pong das crianças. Então ali a gente percebe que não foi feito... o

próprio decreto desapropriou e não foi feito exatamente a via de acesso, não pegou. Onde era a casa da Maria da Penha virou um estacionamento, e um estacionamento que não é utilizado, que não estaciona ninguém. Você chega lá a qualquer momento ele está vazio. É uma área asfaltada, cercada, que é dita estacionamento, mas onde não estaciona nada; é uma área que está visivelmente sendo guardada para especulação imobiliária.

V.F. - Você sabe o que vai ser feito ali?

S.M. - Eu não sei, não tenho como prever. Mas se você pegar a entrevista do sr. Carlos Carvalho, para a BBC, ele fala que ali existe uma pretensão de construir condomínios de luxo. Que o Parque Olímpico seria a área de lazer das crianças nobres. Se esse projeto mudou devido a não ter conseguido a se apropriar Da Área de Especial Interesse Social, eu não sei. Agora, o que eles diziam é que em 2018 tudo aquilo ali seria construído um condomínio de luxo e o Parque Olímpico seria devolvido para as construtoras, seria todo privatizado. Então o que eles vão fazer, não sei.

V.F. - O projeto é que uma parte seja mesmo entregue, não totalmente, mas uma parte?

S.M. - É, essa parte que eles se apropriaram, que ela seja privatizada, é o que tudo indica, a gente vê que já tem um hotel lá.

V.F. - Onde você mora hoje, na rua Vila Autódromo, você se sente segura ali, se sente feliz ali? O que você diria para a gente dali?

S.M. - Eu me sinto feliz, me sinto muito feliz, satisfeita. Eu faria tudo de novo, não me arrependo nem um pouco. Não cheguei sequer a ouvir a proposta de indenização da prefeitura, eu nunca quis ouvir esse valor, então eu faria tudo de novo, porque eu estou feliz, eu compreendo que a vitória da Vila Autódromo ela representa uma esperança para todos os países por onde a Olimpíada passa e remove, em Tóquio a Olimpíada ainda não chegou e pessoas já estão sendo removidas nesse momento em nome da Olimpíada, e essas pessoas já nos visitaram e já buscam na gente uma referência de luta, de esperança de vitória. A partir dessa vitória da Vila Autódromo fica um marco de que é possível vencer esse capital, esse monstro financeiro, que quando a gente luta contra isso, a gente se sente uma formiga lutando contra um dinossauro, um elefante, um monstro imenso. A sensação que a gente tem é que você vai ser esmagada a qualquer momento. Mas a vitória da Vila Autódromo mostra que é possível resistir e é possível vencer, é possível fazer com que seus direitos sejam sim preservados, respeitados, é possível permanecer nos espaços nobres da cidade, é possível permanecer nos espaços de moradia popular onde os projetos de urbanização da cidade acontecem, se você luta, se você resiste, se você se organiza. Então a vitória da Vila Autódromo é um marco na história da cidade e do mundo. Isso não tem preço, isso não tem preço porque a compreensão que a gente tem disso é que muita gente vai conseguir resistir daqui para a frente, de que a história de luta, de resistência da cidade, ela tem um marco antes da Vila Autódromo e depois da Vila Autódromo, então isso é uma alegria muito grande, participar disso, saber que você faz parte disso, desse processo de construção de história da cidade, isso não tem preço. Eu estou feliz. Eu moro no território onde eu queria morar, onde eu moro há 25 anos, onde eu sou feliz, onde eu criei meus filhos. Eu criei quatro filhos dentro de um espaço dito de moradia popular, em uma favela, onde meus filhos nunca presenciaram nenhum tipo de violência, nunca tiveram contato com tráfico, nada disso, nenhum tipo de violência que assola a nossa cidade nesse momento. Porque se você estuda as áreas populares da cidade, você percebe que atualmente são todas controladas pela violência devido ao abandono do estado, então grupos se apropriam e controlam esses espaços. Nós moramos em um lugar onde isso não existe. É um lugar onde eu conheço todos os meus vizinhos, são pessoas que viram meus filhos nascer e crescer, pessoas que eu confio. Meus filhos podem ficar brincando na rua e eu sei que tem alguém tomando conta. Isso fez com que a vida deles, a infância deles fosse melhor, fosse segura. A paz que isso te dá, a segurança que isso te dá dentro de uma metrópole como o Rio de Janeiro, isso não tem preço.

V.F. - Sandra, eu queria te perguntar, te ouvir falando um pouco de uma questão que você até mencionou, você falou que a Vila Autódromo acaba sendo para você um exemplo para as outras comunidades. Queria te perguntar se você, na verdade, se você e o grupo da Vila Autódromo, o movimento de resistência as remoções da Vila Autódromo, se vocês se articularam com outras comunidades, com outras áreas, com outros grupos e com quem, como foi esse processo?

S.M. - Com certeza. Nós não lutamos sozinhos. Aliás, nada disso seria possível sozinhos. Nós tivemos o apoio de muita gente. Não tem nem como eu falar porque com certeza eu não vou lembrar de todo mundo, vou ser injusta demais, porque nós tivemos o apoio de toda cidade. Tivemos o apoio do mundo, o mundo nos apoiou. Pessoas vieram de longe, comunidades que foram já removidas por outras Olimpíadas mandavam vídeos para a gente de apoio a gente, com depoimentos, universidades do mundo inteiro, pesquisadores vinham para poder fazer pesquisa, para apoiar a gente, grupos de resistência nos procuravam, pessoas individuais vinham para conhecer e apoiar a Vila Autódromo, nos ajudavam na organização de eventos, de mobilizações, de protestos, pessoas iam para lá para fazer vigília com a gente, para fazer ocupação, eram doações que a gente recebia para suprir as necessidades da luta. A gente recebeu apoio de grupos de cuidadores de animais para dar assistência e solução ao problema dos animais. Então o apoio que a gente recebeu é um marco também, é um marco que nós nunca esqueceremos, são momentos que emocionam, parcerias que foram feitas com universidades, com museus. Nasce o Museu das Remoções dentro desse processo, dentro desse processo de , num determinado momento, surge de um dos apoiadores, que é o Tainan, é um museólogo, e na época ele trabalhava com o Meu Rio que é uma ONG de resistência e ele traz essa proposta para gente, ele vai até lá e nos apoia em várias mobilizações, e num determinado momento ele impactado com a transformação do território, porque a Vila Autódromo num determinado momento, diante disso tudo, ela se transformava diariamente. Você chegava lá hoje e via um cenário, chegava na semana seguinte tudo estava diferente. A pessoa tinha dificuldade até para se localizar ali, para identificar o espaço. E aí ele dá essa proposta, “a gente podia contar o Museu das Remoções”, porque a gente registrava esse momento, é uma forma de preservar essa memória. Porque era um momento que a gente estava sentindo muito essa perda de memórias, as pessoas indo e a gente perdendo aquela referência geográfica do espaço, junto com a perda do espaço a geografia, vai perdendo a história também, porque vai se perdendo, aquele registro. E aí, “vamos fazer o museu das remoções, é uma forma da gente preservar essa memória, mesmo que tudo aqui se transforme a gente vai ter esse registro”. A gente já tinha um acervo muito grande de fotografias, mas aí ele vem com essa proposta para que a gente ampliasse mais isso, e ele ainda fala assim, e vai ser mais um instrumento de resistência também, porque se a gente cria o Museu das Remoções, e a prefeitura remove esse espaço, isso também vai gerar uma discussão porque o Museu das Remoções foi removido. A gente; “mas onde a gente vai fazer esse museu, tudo sendo removido a todo instante...”, “ não, a proposta é que toda vila faça parte do museu, é um museu a céu aberto, onde a vila inteira faz parte do museu”. E aí a gente vai tentar preservar essa história desse espaço. E aí começa a ter essa discussão, todo mundo gosta dessa proposta, e a gente vê ali uma forma de preservar isso, de preservar essa história desses moradores, porque a gente percebia também que esses moradores quando eles iam, eles sofriam muito, isso era feito com muito sofrimento. Mesmo pessoas que saíam dali com indenizações muito altas, saíam chorando. A gente sentia aquele sofrimento pela perda de memória, de história, de referência de vida. Vamos começar a fazer esse registro. Aí começamos a discutir isso, aí durante esse processo a gente recebe também a universidade da Anhanguera, a profa. Diana Bogado, que vai até lá com os estudantes dela e faz um trabalho de conclusão de período, que eles fazem a revitalização de um espaço. Eles queriam fazer a revitalização de um espaço, e vão até lá e fazem a revitalização do parquinho das crianças, que foi uma coisa muito legal, porque era um momento que a comunidade estava toda quebrada, era um verdadeiro pós-guerra, a gente andando em meio a escombros, aí chega um grupo de arquitetos loucos e fazem uma

revitalização de um espaço dentro desse cenário horroroso. Eles pintam todos os brinquedos, enfeitam, botam plantinhas, fazem um trabalho de reciclagem com latinha, com plantinhas e botam fitas nas árvores e o espaço fica lindo. Aquilo dá uma vida, uma esperança, uma alegria, e uma contradição dentro do espaço, porque as pessoas chegavam e viam um espaço todo bonitinho, todo enfeitado dentro de uma comunidade toda quebrada. Aquilo gera uma energia muito positiva naquele momento. E aí a gente começa, motivado por isso, a gente começa a revitalizar outros espaços. Aí a gente faz jardim em volta ali da placa da comunidade, e a gente começa a revitalizar pontos da comunidade e a prefeitura começa a ficar enlouquecida com aquilo, “aquele povo é louco, a gente está quebrando, e eles estão pintando, enfeitando”. Aquele espalho do Ocupa que eu falei, que eles quebravam, e a gente fez o primeiro evento, depois foi feito uma revitalização, então eles quebravam, no dia seguinte a gente ia lá limpava tudo, tirava escombros, pintava, aí vinham artistas e grafitavam, faziam pintura, e a gente fazia uma festa para cada movimento de destruição da prefeitura a gente fazia um movimento contrário de criação, de comemoração, era uma festa. A comunidade convivía ao mesmo tempo com destruição e comemoração, eles enlouqueciam com a gente. Aí chegava lá era um monte de gente, era lançamento de livro da Raquel Rolnik que foi feito lá, a visita do David Harvey, com um monte de gente passeando pela comunidade, e conhecendo, e eram feitas. A gente fazia fanfarra, grupos de artistas tocando e passeando, e perna de pau, eles enlouqueciam com a gente, esse povo é louco, a gente está quebrando tudo e eles estão comemorando, fazendo festa, animação no meio de um caos. Só que isso gerava... daí que vinha nossa energia, era disso que alimentava a gente. As vezes quando a gente estava assim quase desistindo, quase entregando os pontos, aí chegava um grupo de estudantes: “a gente pode fazer um Enea aqui?”, que é o Encontro Nacional de Estudantes de Arquitetura, eles resolveram fazer lá, na Vila Autódromo. A gente, “hum”, “a gente quer fazer o Enea esse ano aqui, pode?” “Pode”. Aí chega um monte de estudante de arquitetura do país inteiro vai para fazer um encontro lá. Aquilo dava uma... era como se fosse envolvido numa nuvem de amor tão grande, que a gente se sentia amado, se sentia... e eles falavam, vocês são o exemplo da cidade, vocês são nossos ídolos, a nossa esperança. Aí essa troca, a gente falava, cara, a gente tem que continuar, a gente não pode desistir, olha só o mundo acredita na gente, não a gente precisa, essa causa aqui já é muito maior que a gente, não importa se a gente perder a nossa casa, a gente tem que lutar até o fim, acreditar que é possível. E assim a gente foi fazendo, acreditando no impossível, eu acho que só assim você consegue vencer esse monstro do capitalismo, é acreditando no impossível, você acredita naquilo, se alimenta de esperança e vai em frente. Foi feita essas revitalizações, esse movimento de construção do museu, essa discussão, e aí a Diana Bogado abraça a ideia junto com a gente, o Mario Chagas também abraça a ideia, fala: “vamos construir então o Museu das Remoções”, e aí a Diana propõe aos alunos do outro período dela, fazer um novo trabalho de encerramento de período que são produzir esculturas a partir dos escombros.

V.F. - Que estão nas casas hoje?

S.M. - Esculturas que homenageavam espaços que haviam sido demolidos, espaços que foram significativos, mais representativos dentro do processo de remoção, que era a casa da Penha, o centro de Nanã, que era casa da d. Heloísa, a casa da d. Jane, a Associação de Moradores, a igreja, o parquinho das crianças e o Ocupa Vila Autódromo, que era aquele espaço de resistência onde era feito os eventos culturais. Aí eles produzem essas esculturas a partir dos escombros, e a gente faz o lançamento disso no dia da inauguração do museu, dia 18 de... esqueci, que é o dia internacional do museu.

V.F. - A gente mapeou isso. Acho que é outubro...

S.M. - Agora fugiu da memória, lembro do dia 18, mas o mês, acho que é outubro, é o dia internacional do museu. Foi até uma proposta do prof. Mario Chagas, vamos fazer a inauguração do museu no dia do museu. Nesse dia... durante a semana os estudantes vão lá e fazem as

esculturas, mas no dia do lançamento do museu, da inauguração do museu, nossa, nesse dia está chovendo muito, e isso é feito debaixo de chuva, a gente faz aquele roteiro pela comunidade...

V.F. - Já tem as casas novas?

S.M. - Não, não, ainda está em meio a demolição, só que as esculturas são construídas ou no local onde havia sido demolido ou no local mais próximo possível. Porque alguns locais a prefeitura já havia se apropriado, colocado tapume, não dava mais para ser no local. Mas aí a gente faz as esculturas e faz o lançamento, a inauguração do museu nesse dia 18, debaixo de chuva, a imprensa comparece, uma parte da imprensa, mais a imprensa alternativa, alguns apoiadores, e a gente faz essa inauguração debaixo de chuva. Eu acho que como símbolo mesmo de resistência tinha que ser daquele jeito, e fica como um marco nesse dia também, essa inauguração. Depois disso essas esculturas também foram removidas, hoje em dia nós temos elas dentro das casas, o que restou das esculturas, mas temos as fotos que ficaram no acervo como esse registro. De lá para cá a gente continua essa construção do museu. O Museu das Remoções atualmente ele tem um acervo que inclui essas esculturas, inclui algumas peças dos escombros que nós recolhemos, um material muito grande de vídeos, fotografias, documentários, filmes que foram produzidos, monografias, matérias de pesquisa, de reportagem, processos judiciais, tudo isso faz parte do arquivo do Museu das Remoções. Nesse momento o Museu das Remoções tem como proposta, e que é a proposta inicial dele, mas a cada dia a gente continua construindo e consolidando, fortalecendo isso ainda mais como proposta do museu, preservar a memória dessa remoção, não só da Vila Autódromo, mas desse processo de remoção da cidade, é claro que nós temos um acervo da Vila Autódromo muito amplo porque foi construído na Vila Autódromo, mas a proposta é que ele atenda a todas as comunidades, a outras comunidades que passem por esse processo, e que, principalmente, o Museu das Remoções não sirva simplesmente para fazer esse resgate e preservação da memória, mas também como um instrumento de luta. Que ele sirva como instrumento de luta para outras comunidades que passem por esse processo de remoção. Nós vamos a outras comunidades e a gente tenta fazer um resgate da memória, da história dessa comunidade, e através desse resgate, dessa história a gente tenta evidenciar os direitos conquistados por essa população, porque a gente compreende que essa história, esses direitos adquiridos e conquistados ao longo da história, é a maior arma de luta, é o maior instrumento de luta de uma comunidade.

V.F. - E vocês já foram procurados por outras comunidades passando por processo semelhante?

S.M. - Já. Atualmente a gente está apoiando a comunidade Hípica, no Alto, dentro do Parque da Floresta da Tijuca, que é uma comunidade que já tem cerca de cem anos de existência, e algumas famílias estão atualmente há dois anos sem luz elétrica, morando sem luz elétrica, porque o Parque da Floresta cortou o fornecimento de luz dessas pessoas, numa forma de pressionar essas pessoas a saírem desses espaços. Então nós estamos atualmente apoiando, fazendo esse resgate, já fizemos algumas postagens e já conseguimos em parceria com alguns parlamentares que fosse feita uma audiência na Câmara dos Vereadores, de denúncia, e conseguimos que a defensoria pública Federal fosse até lá conhecer, e que agora fosse dialogar com o parque, enfim, a gente está indo a outras comunidades para tentar participar desse processo. A Indiana, fomos agora na reunião. O museu das Remoções está se fazendo presente dentro do processo de remoção da cidade, porque essa é a proposta.

V.F. - Imagino que a Carla queira fazer as duas últimas perguntas finais, mas queria te perguntar, você chegou a conhecer o Parque Olímpico, entrou no Parque Olímpico?

S.M. - Eu entrei no Parque Olímpico porque eu participei de uma filmagem lá dentro.

V.F. - Quando?

S.M. - Durante os jogos. Eu participei de um filme do Felipe Pena que foi “Se essa vila não fosse minha”, que foi no início do processo de remoção, ele produziu esse filme, eu participei com ele. Agora, já durante a Olimpíada, ele me convidou para participar de um novo filme que

ele está produzindo. E um dos dias de gravação foi feito lá dentro, durante a Olimpíada, aí eu fui até lá, assisti um jogo e conheci o parque por dentro, por conta disso.

V.F. - E o que você achou, o que você sentiu de estar lá?

S.M. - Eu senti, não sei, uma sensação esquisita, eu não senti alegria nenhuma de estar lá dentro. Eu me senti deslocada, porque as pessoas todas que estavam lá dentro estavam num processo de euforia muito grande, por conta da Olimpíada, de conhecer as construções, aquelas instalações e tal, e um evento internacional, e eu estava ali dentro assim sem emoção alguma, me sentindo assim... uma sensação esquisita de que muitas pessoas, o mundo inteiro, não sabe o que acontece no mundo de fato. Muitas pessoas ali dentro a gente chegou a conversar, falar com algumas e nem sequer sabiam do que aconteceu na Vila Autódromo. E a Vila Autódromo para mim era uma coisa que todo mundo sabia, porque ela foi notícia no mundo inteiro, e daí durante a Olimpíada eu conheci pessoas ali dentro que me disseram que não sabiam da Vila Autódromo, brasileiros. Enquanto o mundo inteiro sabia do que acontecia na Vila Autódromo, pessoas brasileiras estavam ali dentro, eufóricas por estar ali trabalhando e vendo e participando e não sabiam do que tinha acontecido ao lado. Isso me chocou muito, me chocou ver como as pessoas não participam do que acontece na própria cidade. Me dá muita repulsa em ver o processo de inconsciência das pessoas que se propõe a trabalhar como voluntárias, em um evento milionário; aquilo me gera um sentimento, não sei, esquisito, de alienação e de... O estado é uma covardia muito grande, porque ele se utiliza, se aproveita desse processo de alienação da população para explorar a mão de obra, botar pessoas para trabalhar de graça em um evento que arrecada milhões por dia, eu acho que é um absurdo, é uma coisa assim que choca. Eu assisti um jogo do Brasil, mas que eu não consegui ter nenhum tipo de emoção com a vitória, em ver quando o Brasil ganhava, fazia um gol, aquilo não me emocionava. Eu me sentia assim num estado de dormência, eu acho. Eu ficava ali assim como se eu tivesse perdida dentro de um filme, uma sensação esquisita.

V.F. - E você acha que as Olimpíadas poderiam ter sido feitas de uma maneira diferente ou o problema é as Olimpíadas em si?

S.M. - O problema não é as Olimpíadas em si, com certeza ela não só podia mas devia ser feita de uma forma diferente, porque o problema não é a Olimpíada, a Olimpíada, pelo contrário, ela deveria ser uma coisa muito boa, porque o esporte é uma coisa muito boa. Através de programas sociais de promoção do esporte, o governo poderia salvar muitas pessoas, muitos jovens de envolvimento com a violência, enfim, programas de inclusão social, de realização, de autorrealização, de desenvolvimento. A criança quando faz um esporte a gente vê que ela segue um outro rumo na vida, ela tem uma outra interação com a cidade. O esporte deveria ter um apoio que não tem, principalmente no nosso país, os nossos atletas eles são verdadeiros heróis porque eles desenvolvem atividades esportivas com muito sacrifício, não existe investimento no nosso país no esporte. E a Olimpíada deveria promover isso no mundo, programas de incentivo ao esporte. Todo esse investimento que é feito nesse setor de especulação imobiliária para atender esses interesses de apropriação de território no mundo, eu acho que eles poderiam ser voltados para construção sim, mas construção de espaços que promovessem programas de desenvolvimento esportivo para dar um apoio aos atletas, e nada disso acontece. A gente vê que eles não investem no esporte, eles investem em construções de espaços para que depois eles possam ser apropriados. Então a Olimpíada não atende aos interesses esportivos e nem aos interesses sociais do mundo, ela atende aos interesses do capital privado, aos interesses da especulação imobiliária.

C.S. - Respondeu a última pergunta que era essa do legado. O que a Olimpíada deixa?

S.M. - A Olimpíada deixa como legado para a nossa cidade, ao meu ver, um marco na nossa história de exploração, de injustiça, de sofrimento, de violência, ela deixa para mim uma memória de pessoas ensanguentadas, de pessoas com vidas destruídas, pessoas que perderam suas casas, suas vidas, famílias destruídas porque foi o que aconteceu no processo de remoção,

famílias foram separadas, destruídas, então a Olimpíada deixa um legado de destruição social e de apropriação do nosso território por um grupo reduzido de pessoas, que é o capitalismo se apropriando do território através da especulação imobiliária e das injustiças sociais.

C.S. - Só para fechar, Sandra, queria ouvir um pouco a sua opinião sobre esse nosso projeto, que é um esforço justamente, de tentar fazer esse registro do processo de realização das Olimpíadas no Brasil. Qual a sua opinião sobre um projeto como esse que quer preservar essa memória desse acontecimento no Brasil?

V.F. - Você até ouviu a apresentação completa no seminário.

S.M. - Eu acho ótimo, eu fico muito feliz, me sinto muito honrada de participar desse projeto. Eu acho que é fundamental. Acho que isso faz valer a instituição, a Casa de Rui Barbosa, pela preservação da história. Espero que esse projeto entre realmente para os anais da história da nossa cidade como um registro desse momento triste da nossa história, onde o capitalismo se apropria do mundo através de um evento internacional. Então, eu acho muito importante que um projeto como esse sirva para fazer esse registro, para que essa história não se perca, para que daqui alguns anos quando tentarem fazer um evento como esse na nossa cidade, as pessoas tenham essa referência, tenham esse arquivo, tenham como fazer esse estudo, tenham elementos para pensar melhor se isso realmente é bom para a nossa cidade.

C.S. - Muito bem.

V.F. - Queria te agradecer, não sei se você quer falar alguma coisa...

S.M. - Não, já falei tudo.

C.S. - Então te agradecer mais uma vez, dispor do seu tempo mais uma vez.

V.F. - Over dose de Carla e Vivian e Mirna. Obrigada, Sandra.

\*o mais próximo que foi possível ouvir.

[FINAL DA ENTREVISTA]